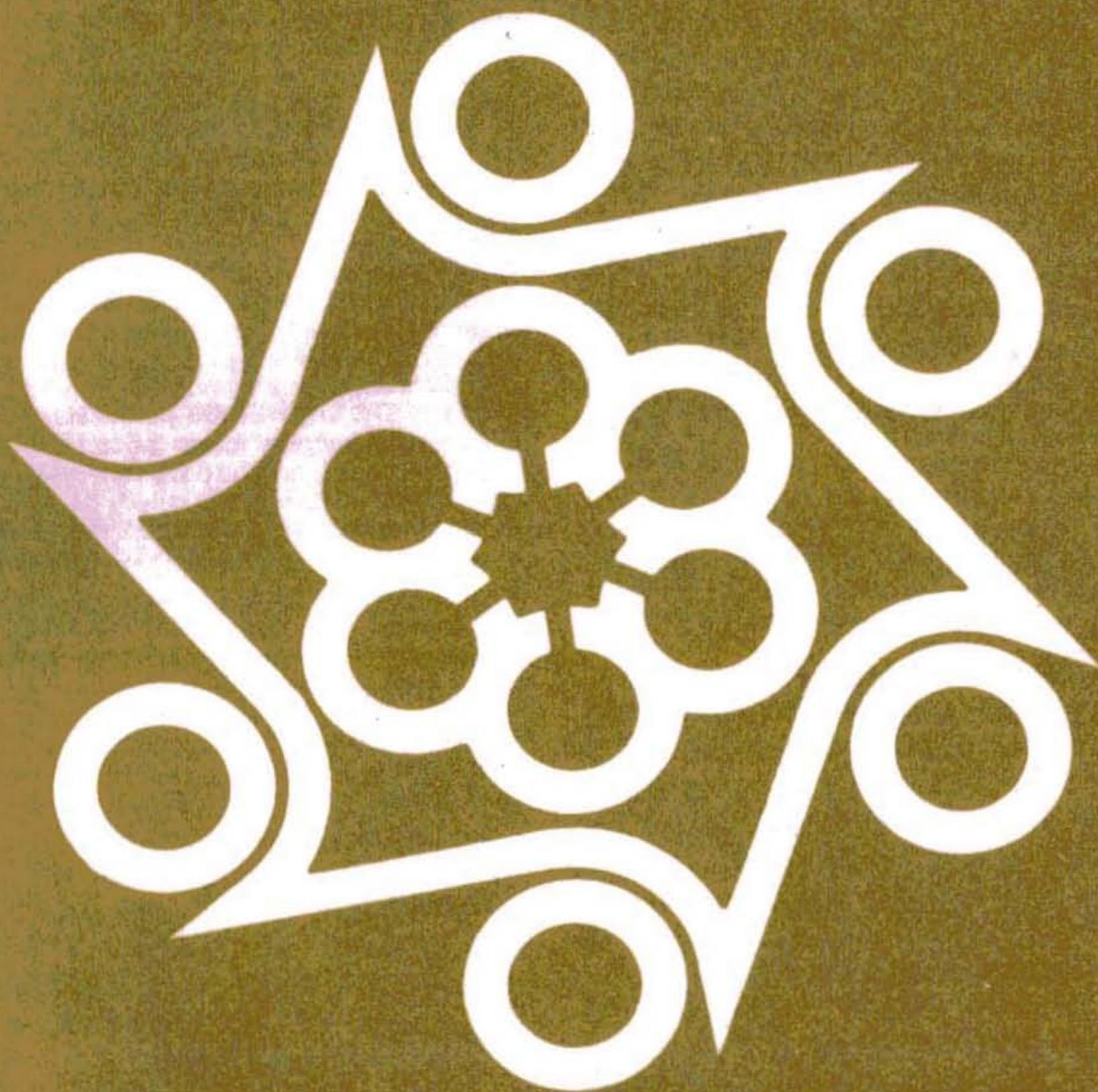


convergência

MAI — 1988 — ANO XXIII — Nº 212



- **A ESTRATÉGIA DA CONFIANÇA PARA A JUSTIÇA E PARA A PAZ** — João Paulo PP II — página 195
- **ALIADOS AOS POBRES COM MARIA**
Irmão Aleixo Maria Autran, FMS — página 211
- **VISÃO ECLESIOLÓGICA DO SÍNODO**
Pe. Cleto Caliman, SDB — página 229

CONVERGÊNCIA

Revista da
Conferência
dos Religiosos
do Brasil: CRB



Diretor-Responsável:
Ir. Claudino Falquetto, FMS

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:
Pe. Atico Fassini, MS
Pe. Cleto Caliman, SDB
Ir. Delir Brunelli, CF
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1988

Brasil, taxa única:	
terrestre ou aérea.....	Cz\$ 750,00
Exterior: marítima.....	US\$ 38,00
aérea	US\$ 48,00
Número avulso.....	Cz\$ 75,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa capa

Peça, engrenagem, força. Em outro patamar, a intenção fundamental: **pessoa, comunidade, sociedade**. É óbvio, não é obra de arte, arte retiniana, formas agradáveis aos olhos. É, sim e sobretudo, um jogo de idéias. O interesse está menos no produto visual; menos no seu aspecto decorativo; mais na leitura da imagem, do signo-símbolo. Ser o que se é — pessoa — ou ser meramente peça na engrenagem do sistema? Toda vida verdadeira é encontro. Na relação interpessoal se desenvolve a personalidade e se adquire a identidade. Como, então, experimentar-se,

de maneira característica, uma individualidade precisa e não individualista? Como ser comunidade sem despessoalizar-se ou despersonalizar-se? Afirmar e respeitar os valores do grupo como pluralidade psicológica ou as suas exigências de unidade sociológica, matriz de padronização institucional? Pessoas em comunidade, sempre fonte de tensões. O grupo é realidade conflitiva. Não se pode desconhecer o realismo das diferenças. E, no entanto, individualidade sem o sentido de pertença ao grupo não amadurece vocacionalmente. Comunidade sem o sentido de individuação é tentativa equívoca de sentir-se pessoa. Na busca de um ajustamento dinâmico para esta dialética existencial, **CONVERGÊNCIA** ajuda a evitar a emergência de excessos, a desabrochar experiências amadurecedoras, a evoluir, pouco a pouco, para uma situação de discernimento e de autonomia consubstanciadas pela fé. Só a fé combina este dualismo aparentemente contraditório: **Pessoa e Comunidade**, sublinhando a certeza de uma crescente integração. A nossa vocação é de comum união com JESUS CRISTO, a dimensão personalizante e comunitária de nosso futuro (1 Cor 1, 9). Nesta perspectiva, mensalmente, **Convergência** quer lhe dizer: hoje já é o ensaio da realidade do amanhã (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL	193
A ESTRATÉGIA DA CONFIANÇA PARA A JUSTIÇA E PARA A PAZ João Paulo PP II	195
INFORME DA CRB	200
ALIADOS AOS POBRES COM MARIA Irmão Aleixo Maria Autran, FMS	211
IDENTIDADE DA VOCAÇÃO DO IRMÃO Irmão Claudino Falquetto, FMS	222
VISÃO ECLESIOLOGICA DO SÍNODO Pe. Cleto Caliman, SDB	229
A ESCRAVIDÃO QUE FEZ E EXPLICA O BRASIL Pe. José Carlos Beozzo	240

EDITORIAL

“OUVI O CLAMOR DESTE POVO!”

Esse lema, decalcado do texto do Ex 3,7-8, dá o tom à Campanha da Fraternidade em 1988, sobre o tema “A Fraternidade e o Negro”.

Com essa Campanha da Fraternidade a Igreja no Brasil comemora o 1º Centenário da abolição legal do trabalho escravo em nosso país. Por ela nossa Igreja se solidariza com a população negra brasileira que celebra essa data. Por ela pede perdão aos afro-brasileiros pelos sofrimentos que padeceram. Por ela ainda, se une ao povo negro de nossa terra, na luta por uma efetiva libertação.

CONVERGÊNCIA, da CRB, com todos os Religiosos e Religiosas do Brasil, assume essa mesma atitude eclesial, numa dinâmica de conversão, exigida por nossa história passada e pelo Evangelho do Reino. Exigida pela história de opressões vivida pelo negro no Brasil. Exigida também pelo Evangelho do Reino da fraternidade e da justiça que ainda não se implantou em nossa pátria.

O dia 13 de maio de 1988 é uma data-símbolo. Remete-nos ao gesto da Princesa Izabel ao assinar, há cem anos, a Lei Áurea. Gesto histórico, por certo, pelo qual um povo secularmente escravizado, se via livre dali por

diante, do pecado social da escravidão legal. Gesto insuficiente e incapaz, no entanto, de devolver a esse mesmo povo negro condições dignas de vida humana, condições de plena participação no processo econômico-político-social do país, condições de convívio justo, pacífico e igualitário na liberdade da plena e legítima cidadania.

Nesse dia 13 de maio, o lema da Campanha da Fraternidade de 1988 ressoa novamente em nossa consciência, face à atual situação de nosso povo, sobretudo de nossos irmãos afro-brasileiros.

“OUVI O CLAMOR DESTE POVO!” O lema traduz uma constatação e um imperativo categórico.

Deus, o Libertador, ouviu o grito por liberdade e dignidade que explodia dos lábios de seu povo escravizado no e pelo Egito. E desceu para libertá-lo. É o que a Bíblia constata e relata. Deus é o único refúgio dos oprimidos. É Aquele em Quem encontram eles sua última razão de ser, sua única força de viver. Ao longo de toda a história, Nele encontraram sempre a esperança suprema do existir, mesmo que nenhum relato humano o documente. Nele o povo africano também se apoiou e Dele recebeu vigor para manter acesa a fé num futuro prenhe de liberdade. Deus ouviu o clamor deste povo!

Mas o lema também expressa um imperativo, uma exigência feita a todos, no sentido de que aprendamos a ouvir o clamor deste povo afro-brasileiro, o grito de todos os oprimidos e discriminados. Um programa de vida e ação nos é exigido aqui, em nome do próprio Deus. Sim, porque se a Princesa Izabel assinou um decreto de supressão da escravidão legal em nosso país, a realidade porém, longe está de ver concretizada a esperança de um povo sofredor. O clamor continua. E forte! Clamor por um justo reconhecimento do valor desse povo outrora escravo mas ainda espezinhado. Clamor por um lugar ao sol, numa sociedade desigual. Grito por um fraterno convívio social. Grito pela igualdade de condições face à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, à cultura. Grito de repúdio a toda forma de discriminação.

Nisso vai um vasto e profundo processo pessoal e social de conversão para que esses clamores que sobem, hoje ainda, desse povo irmão, encontrem eco em nossa consciência social e cristã. Aprender a ouvi-los é o primeiro passo para comungar com o povo negro na luta pela vida, e participar de sua campanha pelo resgate da plenitude da liberdade, na justiça e fraternidade. Ouví-los é assumir a atitude libertadora do próprio Deus.

CONVERGÊNCIA apresenta:

— “Aliados aos pobres, com Maria”, de Irmão Aleixo Aufran, FMS, conhecido mariólogo brasileiro, que aqui, à luz da **REDEMP-TORIS MATER**, enfatiza o **ANO MARIANO** em curso.

— “Identidade da vocação do Irmão”, de Irmão Claudino Falchetto, FMS. Presidente Nacional da CRB. É o texto de palestra proferida no 1º Seminário Nacional de Irmãos, realizado em **MENDES, RJ**, de 4 a 9 de outubro de 1987.

— “Visão eclesiológica do Sínodo”, de Pe. Cleto Caliman, SDB. Conhecido teólogo brasileiro, Pe. Cleto, além de membro da Equipe de Reflexão Teológica da CRB Nacional, é também o atual Diretor do Instituto Nacional de Pastoral, órgão da CNBB. A esse título participou do Sínodo dos Bispos em 1987.

— “A escravidão que fez e explica o Brasil”, de Pe. José Oscar Beozzo, profundo conhecedor da história de nossa Igreja no Brasil. **CONVERGÊNCIA** agradece à co-irmã **VIDA PASTORAL**, de janeiro-fevereiro de 1988, de onde transcreveu esse artigo de Pe. Beozzo.

Pe. Atico Fassini, MS

“É infame tudo o que ofende a dignidade humana como... a **ES-CRAVIDÃO**”, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, um dos pilares do Vaticano II, nº 27.

A ESTRATÉGIA DA CONFIANÇA PARA A JUSTIÇA E PARA A PAZ

João Paulo PP II

Roma, Itália

A 24 de Janeiro, festa de S. Francisco de Sales, Patrono dos Jornalistas, o Santo Padre tornou pública a sua Mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais, que será celebrado a 31 de Maio sobre o tema "As comunicações sociais ao serviço da justiça e da paz". Eis o texto da referida Mensagem:

Caros responsáveis das Comunicações Sociais
e prezados usuários

As Comunicações Sociais constituem uma plataforma de intercâmbios e de diálogo apta a responder a uma viva preocupação do meu Pontificado, como o foi do meu predecessor Paulo VI (cf. Mensagem à Sessão especial das Nações Unidas sobre o Desarmamento, 24 de Maio de 1978, n. 5): contribuir para passar, na promoção da paz pela justiça, de um equilíbrio do terror a uma estratégia da confiança. Eis porque me pareceu urgente propor-vos como tema do Dia

Mundial das Comunicações Sociais de 1987: "As Comunicações Sociais ao serviço da justiça e da paz". Tenho muitas vezes repetido, mas ressalto-o hoje acrescentando-lhe este corolário: a confiança não pode ser obra apenas dos responsáveis políticos; ela deve nascer na consciência dos povos. Depois de ter já tratado do problema da paz (Dia Mundial de 1983), desejaria, este ano, fazer convosco esta breve reflexão sobre a obra de justiça que realiza a paz, ou sobre a estratégia da confiança como realização da justiça em vista da paz.

Sei que para vós, operadores das comunicações sociais, as massas não são multidões anônimas. Elas representam o contínuo desafio de se encontrar com cada um dos indivíduos e de os atingir no seu próprio contexto de vida, no seu nível pessoal de compreensão e sensibilidade, mediante as tecnologias cada vez mais avançadas, e as estratégias de comunicação cada vez mais eficazes. Este apelo poderia assim ressoar nas vossas consciências: transmitir a estratégia da confiança por meio da estratégia da comunicação, ao serviço da justiça e da paz!

*In L'Osservatore Romano n.º 5,
1 de fevereiro de 1987, p. 7*

A vossa estratégia da comunicação é, em grande parte, uma estratégia da informação em ordem a contribuir para a edificação desta sociedade do saber na qual nos encontramos empenhados, seja qual for a situação. Permite-me recordar o que eu já afirmei a este propósito: a paz do mundo depende de um melhor conhecimento dos homens e das comunidades; a informação qualificada da opinião pública tem uma influência direta sobre a promoção da justiça e da paz (cf. Mensagem para o Dia da Paz, 1982, nn. 6 e 8). A vossa tarefa parece ultrapassar as possibilidades humanas: informar para formar, quando a avalanche de notícias vos empolga, de maneira às vezes perigosa, nos quatro cantos do mundo, sem vos dar tempo de ponderar cada caso ou cada acontecimento. E todavia, os usuários dependem de vós para compreenderem os danos do terror e as esperanças da confiança.

A paz não é possível sem o diálogo (cf. Mensagem para o Dia da Paz, 1986, nn. 4-5); mas não se pode dialogar plenamente sem estar bem informado, a Leste e a Oeste, ao Sul e ao Norte. O vosso diálogo quer ser, além disso, um "diálogo total", a saber, um diálogo que se estabelece no âmbito de uma estratégia global de comunicação: de informação, sem dúvida, mas também de divertimento, de publicidade, de criação artística, de educação, de sensibilização aos valores culturais. É através desta estratégia de comunicação que deveria realizar-se a estratégia da confiança. Do equilíbrio do temor ao

do receio, até àquele do terror, resulta uma "paz fria" — como o dizia Pio XII —, que não é a verdadeira paz. Só a comunicação poderá fazer surgir — pelo diálogo total — um desejo e uma expectativa de paz ardente, como exige o coração dos povos. E, poder-se-ia acrescentar, uma "justiça fria" não é uma verdadeira justiça. A justiça não pode viver senão na confiança, doutro modo ela não é senão uma "justiça contra" e já não uma "justiça para" e uma "justiça com" toda a pessoa humana.

Como conciliar a estratégia da confiança e a estratégia da comunicação? Desejaria desenvolver este tema de reflexão. Sei que a comunicação de massa é uma comunicação programada e cuidadosamente organizada. Por esta razão, é importante evocar o que poderia ser uma estratégia da confiança transmitida pelos meios de comunicação. Parece-me que ela poderia compreender sete momentos fundamentais: fazer tomar consciência, denunciar, renunciar, superar, contribuir, divulgar, afirmar.

Em primeiro lugar, é preciso *fazer tomar consciência*, ou, noutras palavras, fazer obra de inteligência. Paulo VI porventura não disse que a paz é uma obra de inteligência? Será preciso, mediante os programas mais variados, fazer tomar consciência de que toda a guerra pode fazer perder tudo e que nada se perde com a paz. Por isso, a estratégia da comunicação poderá, melhor que qualquer outro meio, fazer compreender as causas da guerra: as inúmeras injustiças que

impelem à violência. Toda a injustiça pode levar à guerra. A violência está em nós, é preciso que nos libertemos dela, para criar a paz. Tal é a obra de justiça que se realiza como fruto da inteligência. A inteligência, segundo o ensinamento do Concílio Vaticano II (cf. *Gaudium et Spes*, nn. 82-91), exprime-se sobretudo pelas opções positivas sugeridas sobre as questões da justiça e da paz, face à injustiça e à guerra. E é precisamente nisto que o vosso papel se torna apaixonante, pelo espírito de iniciativa que ele comporta.

Comunicar as opções construtivas de justiça e de paz caminha a par e passo com o vosso dever de *denunciar* todas as causas de violência e de conflito: armamento generalizado, comércio de armas, opressões e torturas, terrorismo de toda a espécie, militarização a todo o custo e preocupação exagerada da segurança nacional, tensão Norte-Sul, todas as formas de dominação, ocupação, repressão, exploração e discriminação.

Se se quer denunciar de maneira coerente, é preciso também *renunciar-se* às raízes da violência e da injustiça. Uma das imagens mais solidamente integradas na produção dos meios de comunicação parece exatamente ser a do "ideal do mais forte, desta vontade de supremacia que não faz senão aumentar o temor mútuo". Na linha do que dizia João XXIII, é preciso chegar, na vossa produção, a um "desarmamento dos espíritos" (cf. Discurso aos jornalistas do Concílio, 13 de Outubro de 1962). Qual não seria o

progresso dos intercâmbios de comunicação, se o mercado se encontrasse abundantemente fornecido de programas apresentando coisas bem diversas desta vontade de dominar que inspira tantas obras atualmente em circulação! E qual não seria o melhoramento qualitativo se os usuários "impusessem", mediante as suas exigências e as suas reações, que se renunciasse ao ideal do mais forte! Para agir num espírito de justiça, não basta "agir contra", em nome de uma força rígida. É preciso antes "agir para e com" os outros, ou, no mundo das comunicações, comunicar a cada um e com cada um.

A estratégia da confiança significa também *superar* todos os obstáculos às "obras de justiça" em vista da paz. É preciso em primeiro lugar superar as barreiras da desconfiança. Que coisa melhor do que as comunicações sociais, pode superar todas as barreiras de raças, de classes, de culturas, que se confrontam? A desconfiança pode nascer de todas as formas de parcialidade e de intolerância social, política ou religiosa. A desconfiança vive do desalento que se faz derrotismo. A confiança, pelo contrário, é o fruto de uma atitude ética mais rigorosa em todos os níveis da vida quotidiana. O Papa João XXIII recordava que é preciso a todo o custo superar o desequilíbrio entre as possibilidades técnicas e o empenho ético da comunidade humana. E, vós bem o sabeis, quer seiais operadores ou usuários das comunicações, o mundo da comunicação é um mundo de explosão do progresso tecnológico. É também

neste setor proeminente da experiência humana que a exigência ética é a mais urgente em todos os níveis.

O vosso papel, além disso, é o de *contribuir* para tornar a paz possível mediante a justiça. A informação é a via da sensibilização, da verificação, do controle da realidade dos fatos nos caminhos da paz. Este contributo pode ser aprofundado pelos debates e discussões públicas no seio dos meios de comunicação. É talvez a este nível que a vossa imaginação será posta à mais dura prova. E é precisamente aqui que a resposta dos usuários é mais necessária.

Não se deve, além disso, descuidar de *divulgar* com insistência tudo o que pode ajudar a fazer compreender e a fazer viver a paz e a justiça, desde as mais humildes iniciativas ao serviço da paz e da justiça, até aos esforços das reuniões internacionais. Entre estas iniciativas, o papel de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação, ao serviço da paz e da justiça, com a garantia da difusão múltipla da informação a favor de todos, ocupa, certamente, um lugar importante, como já o recordei por ocasião de um dos Congressos da União Internacional da Imprensa Católica (cf. Discurso à UCIP, 25 de Setembro de 1980). O vosso papel de responsáveis das comunicações é o de uma educação permanente. O vosso dever de usuários é o de uma contínua procura de acesso a todos os dados que poderão formar a vossa opinião e tornar-vos cada vez mais cônscios das

vossas responsabilidades. Todos somos responsáveis do destino da justiça e da paz.

Entre todas as iniciativas a divulgar, permiti-me pedir-vos com insistência que não negligencieis a apresentação da idéia cristã da paz e da justiça, da mensagem cristã sobre a paz e a justiça, sem vos esquecerdes das exortações ao empenho, mas também à oração pela paz: dimensão insubstituível do contributo eclesial às iniciativas de paz e em favor dos esforços por se viver na justiça.

Tudo isto, vós o sabeis, supõe a apresentação, através dos meios de comunicação social, da imagem verdadeira e completa da pessoa humana, fundamento de toda a referência à justiça e à paz. Tudo o que fere a pessoa é já um "ato de guerra" que começa. Que consequências incalculáveis terão então todas e cada uma das iniciativas de comunicação das quais sois os animadores!

Ao divulgar, é preciso enfim *afirmar* todas as condições preliminares em vista da justiça e da paz: os direitos inalienáveis da pessoa humana, as liberdades fundamentais na igualdade e em vista de uma participação de todos no bem comum, o respeito das soberanias legítimas, os deveres de indenização e de assistência... Mas sobretudo, é preciso ressaltar os valores da vida: não mais a existência afirmada como inexoravelmente integrada numa "luta pela vida", mas a vida vivida com a inteligência da sabedoria na bondade, ou ainda, o amor

como fonte e como ideal de vida. Só o amor, reinventando cada dia a fraternidade, poderá definitivamente fazer capitular o terror. Oxalá o amor, inspirado pelo dom de Deus, exerça a sua ação sobre estas "maravilhosas técnicas" da comunicação, que são também "dons de Deus" (cf. *Miranda prorsus*)!

Na esperança de que estas palavras vos ajudem a jamais perder de vista a justiça e a paz, quer no mo-

mento da criação dos vossos programas, para vós, caros operadores das comunicações sociais, quer no momento da escuta e da resposta, para vós, prezados usuários, exprimo a todos a minha confiança e convido-vos todos a trabalhar pela confiança ao serviço da humanidade inteira. É neste espírito que vos concedo com alegria a minha Bênção Apostólica.

Vaticano, 24 de Janeiro de 1987.

Lugar social: o lugar hermenêutico de identidade pessoal, eclesial e político, ou seja, o ponto a partir do qual vemos e interpretamos a realidade do mundo, da Igreja e das pessoas e acontecimentos.

Evangelização e promoção humana

Paulo VI — "Não é possível aceitar que a obra de Evangelização possa ou deva esquecer questões extremamente graves que atingem a justiça, a libertação, o desenvolvimento e a paz no mundo. Seria ignorar a doutrina do Evangelho acerca do amor ao próximo que sofre e padece necessidades", *Evangelii Nuntiandi*, 31.

Leitor — Entre Evangelização e promoção humana existem *laços muito fortes* de ordem antropológica, teológica e evangélica. E mais: a promoção humana nos aspectos de desenvolvimento, promoção da justiça e libertação de tudo o que oprime o homem, é *parte integrante* da Evangelização. Portanto, uma Evangelização que não enfrentasse os problemas da injustiça, não promovesse a libertação de todas as opressões, não se ocupasse com a promoção humana em seu aspecto cultural, social e político seria uma mutilação do Evangelho. Seria como um corpo humano de braços e pernas amputados (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

XXV JORNADA MUNDIAL DE ORAÇÕES PELAS VOCAÇÕES

24 de abril de 1988

Carta da Congregação para a Educação Católica apresentando a Mensagem do Papa para o Dia Mundial de Orações pelas Vocações.

Roma, 8 de janeiro de 1988
Prot. 54/88/7

Eminência,
Excelência,
Reverendos Superiores e Reverendas Superiores,

Excelentíssimos Diretores e Diretoras Gerais de Institutos Seculares.

Temos a honra de apresentar-lhe uma cópia da Mensagem do Santo Padre para a XXV Jornada Mundial de Oração pelas Vocações, que será celebrada no dia 24 de abril de 1988, IV Domingo de Páscoa.

De comum acordo com as Congregações para as Igrejas Orientais, para os Religiosos e Institutos Seculares, para a Evangelização dos Povos, pedimos aos Exmos. Exmos. Presidentes das Conferências Episcopais o favor de se dignarem comunicar o texto da Mensa-

gem do Santo Padre aos Ordinários Diocesanos, aos Diretores dos Centros Nacionais das Vocações e aos Responsáveis dos outros organismos instituídos para os mesmos fins.

Temos a intenção de dirigir o mesmo convite aos Revdos. e Revdas. Presidentes das Conferências de Superiores e Superiores Maiores e aos Diretores e Diretoras Gerais dos Institutos Seculares a fim de se dignarem informar as Pessoas e as Comunidades da sua competência.

As finalidades da Jornada Mundial permanecem as estabelecidas e ilustradas nas Mensagens Pontifícias dirigidas cada ano a toda a Igreja: a Jornada Mundial constitui um testemunho público da comunidade reunida em oração para obedecer ao mandamento do Senhor "Pedi ao Senhor da messe que mande trabalhadores para a sua seara" (Mt 9,38; Luc 10,2); ela representa o momento forte duma oração que não se interrompe nunca; reafirma o primado da fé e da graça no que respeita às vocações consagradas.

Além disso a Jornada oferece ocasiões para iniciativas de espiritualidade e convida os crentes, sobretudo os jovens, a colocar-se diante de Deus numa atitude de ouvintes e de disponibilidade. Por ocasião do Ano Mariano, todos os Pastores devem ter o cuidado de apro-

ximar os fiéis de todas as idades e condições sociais do mistério de Maria, Mediadora e Modelo de todo o chamado e valorizar assim a oração mariana como momento central da ação pastoral em favor das vocações consagradas.

Entre as iniciativas que preparam, acompanham e seguem a celebração da Jornada, merecem ser recordadas: as assembléias eucarísticas presididas pelos Bispos ou outros Pastores, com larga participação de fiéis; as vigílias de oração e os encontros destinados aos jovens de ambos os sexos; os testemunhos das pessoas consagradas; os serviços de catequese e de animação nas famílias, paróquias e escolas; as realizações específicas em favor dos familiares dos sacerdotes, dos seminaristas e das pessoas consagradas. Apresenta-se como muito válida a experiência de propor um tema anual de oração e de reflexão inspirado na Palavra do Santo Padre e adaptado às necessidades mais urgentes das comunidades locais.

Os Santuários dedicados a Maria em cada nação, poderão converter-se em lugares privilegiados de animação, promoção e de acompanhamento vocacional. Com efeito, estas igrejas são autênticos cenáculos onde todas as categorias de fiéis têm a possibilidade feliz de mergulhar na oração intensa com Maria, a Mãe de Jesus (cfr. At 1,14).

Em numerosas dioceses a Jornada é celebrada durante um período mais longo dedicado às atividades específicas em favor das vocações; por exemplo, uma semana, um mês ou o tempo que vai do IV Domingo da Páscoa até ao Pentecostes. Largamente difundida é também a utilização dos meios de comunicação social para os mesmos fins.

Embora exprimindo estima por todas as vocações, a Igreja, por ocasião da Jornada Mundial, pretende concentrar particularmente a sua atenção sobre as vocações consagradas: aos ministérios ordenados (presbiterado e diaconado); à vida religiosa em todas as suas formas (masculina e feminina, contemplativa e apostólica, clerical e laical); às sociedades de vida apostólica; aos institutos seculares na variedade das suas funções e dos seus associados; à vida missionária no sentido preciso de missão "ad gentes".

Estamos vivamente reconhecidos às Pessoas e Instituições que depois da Jornada Mundial precedente, amavelmente mandaram à Santa Sé relatórios e documentos relativos às experiências abundantes realizadas nos diversos lugares.

Manifestamos, desde já, a nossa gratidão aos Emms. e Exmos. Presidentes das Conferências Episcopais, aos Exmos. Pastores das Dioceses, aos Revdos. Superiores e Rvdas. Superiores, aos Senhores Diretores e Diretoras dos Institutos Seculares, aos Diretores Nacionais e Diocesanos e a todos os outros Responsáveis, pelo cuidado que se dignaram dedicar à preparação e celebração da XXV Jornada Mundial, segundo as intenções do Santo Padre, para o bem de toda a Igreja.

Com sentimentos de profunda reverência e espírito de gratidão me subscrevo

Muito dedicado no Senhor

**(Seguem assinaturas
ilegíveis)**

XXV JORNADA MUNDIAL DE ORAÇÕES PELAS VOCAÇÕES

A Mensagem do Papa

Veneráveis Irmãos no Episcopado,
Caríssimos Irmãos e Irmãs de todo
mundo!

1. Com a alma cheia de júbilo e esperança, no clima da alegria pascal, no domingo 24 de abril próximo, celebraremos o Dia Mundial de Oração pelas Vocações.

Passaram já 25 anos desde quando o inesquecível Papa Paulo VI de saudosa memória quis convidar toda a Igreja a rezar pelas vocações consagradas com um dia especial, que tem as suas motivações no ensino (Mt 9,38; Lc 10,2) e no exemplo de Cristo (Lc 6,12), bem como na natureza da vocação, realidade misteriosa e transcendente, cuja fonte é o mesmo Deus, e na função da oração, como colaboração eficaz no plano salvífico do Pai.

É consolador o poder verificar nestes anos, em diversas partes do mundo, um aumento sensível daqueles que são admitidos ao sacerdócio ou exprimem o desejo de seguir Cristo na via dos "conselhos evangélicos"; isto é uma nova prova que o empenho e a constância no trabalho vocacional oferecem preciosos frutos a quem trabalha na vinha do Senhor com coração confiante, aberto e incansável. A crise, de fato, é progressivamente superada onde se vive intensamente a fé, a reevangelização se faz e se incarna o mistério pascal de Jesus na vida das pessoas.

2. A necessidade e a urgência de ter consinuadores na Ordem sagrada,

nas missões, nas diversas Congregações religiosas e Institutos seculares sente-se hoje de modo vivo na Igreja:

Ressoam como urgente convite as palavras do Senhor: "Elevai os vossos olhos e olhai os campos que já estão loiros para a ceifa" (Jo 4,35), "Pedi ao Senhor da messe que mande operários para a sua messe" (Mt 9,38). É essencial acolher este convite com fé cheia de esperança. Sem oração específica, habitual, insistente, confiante, não pode existir verdadeira pastoral das vocações. Esta oração deve deixar transparecer a própria disponibilidade interior em colaborar de modo operativo na promoção das vocações; deve pedir tudo o que é necessário não apenas para o surgir das vocações, mas, também para a perseverança dos chamados, para a sua santificação, para a fecundidade da sua missão.

3. O dia das vocações torna-se particularmente significativo na celebração do Ano Mariano, que reúne todos, pastores e fiéis, à volta de Maria, a Mãe do Redentor, modelo de todo o chamado e medianeira de vocações.

Todo o chamado que levanta o olhar para Maria, encontra nela um modelo perfeito no conhecer o plano de Deus; no colocar-se com ânimo decidido a seguir o Senhor segundo a sua vontade; no aceitar com humildade e alegria os sacrifícios que exige esta sua escolha de serviço e de amor (cfr. Lc 1,28-38; Jo 19,25).

A comunidade crente, enquanto cumpre os seus deveres na solicitude pelas vocações, vê em Maria Santíssima aquela que "com a sua multiforme intercessão continua a alcançar os dons da salvação eterna" (*Lumen Gentium*, 62)

— e por isso também os dons das vocações — e a invoca como mãe de todas as vocações. Na realidade, **com amor de mãe, Ela coopera na renovação e formação dos filhos e das filhas da Igreja.** As palavras ditas a Ela por Jesus na hora da cruz: “Mulher eis o teu filho”, e ao discípulo: “Eis a tua mãe” (Jo 19,26-27), são palavras que determinam o lugar de Maria na vida dos discípulos de Cristo e exprimem a sua nova maternidade espiritual, na ordem da graça, porque implora o dom do Espírito Santo, que suscita novos filhos de Deus (cfr. **Redemptoris Mater**, 44).

4. Dirijamos, por isso, o nosso olhar a Maria para ver e honrar não só aquela que, escolhida, pré-anunciada, preparada e chamada, mais e melhor que ninguém respondeu à vocação específica de que Deus a fez objeto, mas também aquela que mais que ninguém está interessada em que o plano de salvação alcance todos e cada um, segundo a admirável disposição de Deus, que a todos chama a colaborar com Ele (cfr. **I Tm 2,4**).

Exorto os irmãos no **Episcopado**, os **Sacerdotes** seus colaboradores, as **Ordens** e **Congregações** religiosas, especialmente se incumbidas do serviço das vocações por um carisma particular, os **Catequistas**, e os **Professores** e todos aqueles que de modos diferentes estão empenhados no apostolado vocacional, para que no Domingo do “Bom Pastor” e durante este Ano Mariano, na sua catequese ponham em realce esta presença materna de Maria no promover e guiar as vocações.

Os Santuários marianos espalhados por todo o mundo tornem-se lugares privilegiados de animação vocacional e centros de oração fervorosa pelas vo-

cações, para que as nossas invocações ao Senhor da messe encontrem acolhimento sob o patrocínio de Maria.

Exorto mais uma vez as **famílias cristãs**, definidas o primeiro seminário e a insubstituível reserva das vocações (Cfr. **Optatum totius**, 2), para que saibam criar um clima de oração cristã e mariana que favoreça entre os filhos o escutar a voz do Senhor, a sua generosa resposta e a perseverança alegre.

Aos **jovens** sobretudo a minha mensagem faz-se convite e exortação. **Desejava que a juventude de todo o mundo se aproximasse mais de Maria.** Ela traz em si um sinal indestrutível da juventude e beleza que nunca acabam. Que os jovens tenham sempre mais confiança n’Ela, lhe confiem a vida que têm diante de si.

A Maria, mãe da divina graça, confio as vocações. A nova primavera das vocações, o seu aumento em toda a Igreja torne-se uma prova particular da sua presença materna no mistério de Cristo, nos nossos tempos, e no mistério da sua Igreja em toda a terra.

OREMOS

“A Ti nos dirigimos, mãe da Igreja. A Ti que com o teu Fiat abriste a porta à presença de Cristo no mundo, na história e nas almas, acolhendo em humilde silêncio e total disponibilidade o apelo do Altíssimo.

Faz que muitos homens e mulheres saibam sentir ainda hoje a voz convidativa do teu filho: “segue-me!”. Faz que encontrem a coragem de deixar as suas famílias, as suas ocupações, as suas esperanças terrenas e sigam Cristo no caminho por ele traçado.

Estende a tua mão materna sobre os Missionários espalhados por todo o mundo, sobre os Religiosos e as Religiosas que assistem os idosos, os doentes, os deficientes, os órfãos; sobre quantos estão empenhados no ensino, sobre os membros dos institutos seculares, fermentos silenciosos de boas obras; sobre aqueles que na clausura vivem de fé e amor e suplicam a salvação do mundo. Amem!"

Com tais votos, concedo de coração a Bênção Apostólica a vós, veneráveis Irmãos no Episcopado, aos Sacerdotes, aos Religiosos, às Religiosas, a todo o Povo de Deus e, de modo especial, aos jovens e às jovens que com entusiasmo generoso acolhem o convite de Jesus a segui-lo.

Vaticano, 16 de outubro de 1987.

João Paulo PP II

CONGREGAÇÃO PARA OS RELIGIOSOS E INSTITUTOS SECULARES

Prot. n. SpR 640/85

Carta circular aos moderadores supremos dos institutos religiosos e das sociedades de vida apostólica.

Critérios para redigir os relatórios acerca do estado e da vida dos institutos religiosos e das sociedades de vida apostólica para serem transmitidos periodicamente à Sé Apostólica.

A Sé Apostólica tem particular cuidado pelo estado dos institutos religio-

sos e das sociedades de vida apostólica; é muito solícita pela sua promoção espiritual e apostólica e segue com particular desvelo suas diversas situações.

Portanto, a fim de que possa desenvolver mais eficazmente e em modo mais adequado sua tarefa de serviço pastoral para com todos seus membros e seja favorecida a comunhão dos institutos com a mesma Sé Apostólica, em conformidade com o cân. 592 § 1, é de grande importância que, mediante periódicas e oportunas informações, possa ter conhecimento de seu estado e de sua vida segundo as circunstâncias de tempo e de lugar.

Deste modo a Sé Apostólica poderá participar no Senhor (cf. Rom 12, 15) dos eventos alegres ou dolorosos dos institutos, e por quanto lhe for possível, segundo a diversidade dos casos, poderá oferecer sua ajuda pastoral com oportunas intervenções.

Para este fim a Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares deseja propor alguns critérios para os relatórios que os moderadores supremos dos institutos, devem transmitir à Sé Apostólica.

1. O relatório, que o moderador supremo deverá periodicamente transmitir a esta Congregação, poderá ser o mesmo que tiver sido apresentado ao capítulo geral do instituto, mas redigido em forma mais sintética.

Porém se o capítulo geral não é celebrado, conforme a praxe comum dos institutos, o relatório será transmitido cada seis anos, segundo as normas abaixo indicadas.

Os moderadores supremos dos institutos religiosos e das sociedades de

vida apostólica tenham a bondade de enviar pela primeira vez, o relatório depois da celebração do próximo capítulo geral ordinário do instituto ou sociedade.

2. Tal relatório deverá também conter as seguintes informações:

a) uma breve e sintética estatística dos membros, das casas e das partes imediatamente dependentes que constituem o Instituto;

b) de que maneira as Constituições são, em geral, recebidas e avaliadas, pelos membros; em que consideração é tida por eles a autoridade no Instituto; quais relações existem entre os superiores e os súditos;

c) acerca da atividade pastoral para a promoção das vocações e as esperanças para o incremento futuro do Instituto; acerca da formação inicial e permanente, com algumas referências aos principais critérios e aos elementos de tal formação;

d) como se vive a vida fraterna na comunidade;

e) acerca da comunhão com a Sé Apostólica, o bispo do lugar (sobretudo no que diz respeito ao exercício do apostolado e a liturgia), a União dos Superiores Gerais, as Conferências Nacionais dos Superiores Maiores, indicando além disso em que maneira os Superiores nos vários níveis participaram nas reuniões e no trabalho das Uniões e das Conferências;

f) o trabalho do instituto referente à ação pastoral e as outras atividades apostólicas segundo o carisma próprio do instituto;

g) a condição econômica do instituto anotando genericamente se existem particulares dificuldades;

h) as dificuldades mais urgentes às quais se deve prover com particular cuidado e solícitude, sobretudo aquelas que se referem com a vida e o apostolado do Instituto, e a separação de seus membros (cf. cân. 704);

i) outros acontecimentos ou aspectos, se isto for necessário, que ponham em evidência, de modo claro, a situação real do instituto, com o fim de promover também um diálogo eficaz com este Dicastério.

A Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares, enquanto aguarda as comunicações periódicas solicitadas, implora de coração para todos os institutos religiosos, as sociedades de vida apostólica, bem como os seus membros, toda prosperidade do Senhor, generoso doador de todo o bem.

Roma, 2 de janeiro de 1988, Ano Mariano.

**f. Hieronymus, M. Card,
Hamer, OP — Praef.**

**+ Vicentius Fagiolo
Secr.**

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Nota da Presidência sobre o momento nacional, 30/01/1988.

Urgência de grandes decisões

Estamos nos aproximando do prazo fatal para a definição dos destinos da nação.

Tudo depende das decisões que devem ser tomadas agora, no grave momento que atravessamos, porque amanhã será tarde demais. Não há mais tempo para ilusões. É preciso enfrentar a realidade.

Convivendo com o povo, em todos os seus estratos e segmentos, a Igreja tem uma visão desta realidade que nos leva, por dever pastoral, a alertar toda a sociedade sobre a seriedade da crise que nos envolve.

A situação social vem se deteriorando em ritmo acelerado, empurrando para uma crescente marginalização a grande maioria humilhada do povo.

O sentimento nacional é de frustração. Foram frustradas as esperanças que nasceram com o fim do ciclo militar, com a inauguração da transição democrática e com os planos de superação não inflacionária da recessão e do desemprego. A inflação não foi reduzida e ameaça escapar do controle. Caíram os investimentos produtivos e aumentou a especulação financeira. O desemprego não diminuiu e os salários reais se aviltaram. As categorias profissionais mais organizadas tentam defender-se, conseguindo vantagens que são logo repassadas às tarifas e aos preços, recaindo sobre o povo indefeso.

O senso moral e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastadas. A corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da conivência. Como essa deterioração vem do alto, ela permeia toda a sociedade. Na falta de um gesto realmente significativo que demonstre ao povo não haver pacto possível com a corrupção, cai-se num imobilismo, com a degradação do

senso de dignidade nacional e da capacidade de indignação ética.

É da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo. E não nos iludamos, a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsivas de conseqüências catastróficas.

Não julgamos das intenções dos responsáveis pelo destino da nação. Não subestimamos o peso das dificuldades que eles enfrentam. Externamente, credores exigem o pagamento de dívidas unilateralmente majoradas. Internamente, pressões dos grandes interesses econômicos, clientelísticos e corporativos bloqueiam as políticas de combate à recessão, à inflação, bem como impedem a superação da dívida interna e da enorme dívida social.

A gravidade da situação torna intolerável a distância entre a retórica e os fatos. O povo se sente traído. Estamos correndo o gravíssimo risco de fazer abortar as imensas esperanças depositadas na transição democrática. A sociedade, — insuficiente e mesmo, por vezes, tendenciosamente informada — tem a impressão de que se faz a Constituição de costas para ela e receia que tenham sido inúteis seus esforços de apresentação de sugestões, de participação em audiências nas subcomissões, de assinaturas e defesa de emendas populares.

De fato, **lobbies** poderosos tentam fazer prevalecer seus interesses sobre os interesses do país. Criou-se um clima em que a compra de votos e a ameaça de perda de cargos e de mordomias servem a um fisiologismo político que perdeu o decoro e deve ser repudiado por todas as formas e com a maior veemência. Urge, portanto, apoiar

toda medida sincera e eficaz que possa recuperar credibilidades fortemente desgastadas.

Contra a desesperança, entretanto, ainda é preciso e possível esperar. Existem reservas morais intactas num povo majoritariamente cristão, cuja Constituição já está colocada sob a proteção de Deus. Entretanto, sem a recuperação de padrões morais e éticos, nenhum plano, nenhuma política, nenhuma Constituição terá forças para garantir ao Brasil o destino que ele merece.

Temos que saudar, com alegria, a adoção do princípio de participação popular na ordenação da vida política do país e das instituições nacionais, no primeiro artigo da nova Constituição votado pelo Plenário da Assembléia Constituinte, atendendo as aspirações expressas nas emendas populares. Resta, ainda, assegurar a incorporação dos instrumentos que viabilizem essa participação, tal como estavam contidos no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, permitindo ao povo participar diretamente das decisões que respondem aos seus anseios e promovem seus legítimos direitos.

Foi sob a alegação de um princípio majoritário que recentemente se fizeram mudanças regimentais. Essas mudanças podem, no entanto, retardar intoleravelmente a promulgação da Carta Magna e fazer desaparecer avanços importantes, fruto de um amplo e maduro entendimento entre as forças políticas mais sensíveis às aspirações das verdadeiras maiorias nacionais e de um inédito e fecundo processo de participação da sociedade na elaboração constitucional. É preciso que este esforço de entendimento se mantenha à altura do momento constituinte, sem confundir-se com

conchavos que resultariam em inaceitável retrocesso. Os capítulos da nova Constituição — dos Direitos Individuais à Ordem Econômica e Social e até as Disposições Transitórias — não podem ser o resultado de barganhas imediatistas e conjunturais, mas devem levar em conta o clamor do povo por reformas e mudanças profundas. Só assim a Constituição traduzirá um pacto da nação com seu futuro.

A questão do sistema de governo deve ser tratada com a maior responsabilidade, buscando soluções menos frágeis e menos permeáveis às crises que ameaçam a normalidade de nossas instituições democráticas. A duração do mandato presidencial e a fixação de datas para as próximas eleições, não podem ser tratadas sem levar em conta os anseios do povo por decisões que marquem o fim de uma transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional.

A Presidência da CNBB apela para a responsabilidade de todos os cristãos na hora que estamos vivendo e sugere que as Dioceses do Brasil divulguem amplamente o presente texto, para que os eleitores conscientes tenham ainda tempo de fazer valer suas justas aspirações junto aos Constituintes que os representam.

Que Deus proteja o Brasil.

Brasília, 30 de janeiro de 1988

+ **Luciano Mendes de Almeida**
Presidente da CNBB

+ **Paulo Eduardo Andrade Ponte**
Vice-Presidente da CNBB

+ **Antônio Carlos Celso de Queiroz**
Secretário-Geral da CNBB

CARTA AO PRESIDENTE DA CNBB

Carta do Presidente da República, Dr. José Sarney, ao Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, entregue na sede da CNBB em Brasília, terça-feira, 2 de fevereiro de 1988, às 18:00 horas, pelo Ministro Ronaldo Costa Couto, Chefe do Gabinete Civil, ao Pe. José Arlindo de Nadai, Subsecretário Geral.

Estimado e meu caro amigo, Reverendíssimo Dom Luciano.

Acuso o recebimento de sua carta encaminhando-me a Nota da CNBB que trata da conjuntura nacional.

Sabe Vossa Reverendíssima o apreço que lhe tenho. Não é de hoje e não se apóia em nenhuma forma de cooptação. Acompanhei sua brilhante vida de sacerdote, sua doação à causa da criança, sua atividade apostólica. Acresce ainda um dado sentimental e importante para mim: as raízes maranhenses, plantadas no tronco do grande Senador Cândido Mendes de Almeida, parte de nossa gloriosa tradição.

Católico de corpo inteiro, membro da Igreja em que me mantenho na fé, na prática dos meus deveres de cristão, fiel à mensagem do cristianismo que me orientou a vida, confesso-lhe que os termos da referida Nota e as suas declarações à imprensa chocaram-me. Toda generalidade é perigosa e pode descambar para a injustiça e injúria. O Padre Antônio Vieira dizia ser esta como penas soltas ao vento. Uma vez espalhadas, não se podia recolhê-las todas, e sempre ficariam muitas.

Para que isso não aconteça, venho pedir-lhe humildemente que me ajude, precisando fatos e pessoas para que melhor eu possa coibi-los e puni-las. Seria isto uma inestimável colaboração. Nenhum episódio da área pública envolvendo prática condenável chegou ao meu conhecimento sem que tivesse tomado as providências da lei. Jamais abandonei os meus padrões éticos, sob qualquer interesse, e no exercício da Presidência ninguém pode negar a minha conduta de austeridade monástica. No Palácio da Alvorada, nestes três anos, o único ato que se celebra é a Santa Missa, todos os domingos, assistida por mim, por minha mulher, filhos e netos. Nenhuma festa, nenhum banquete, nenhum salão.

A corrupção, todos sabemos, é uma erva daninha que devemos combater sem tréguas. Veja V. Revma. que à sua solerte invasão não pode fugir nem mesmo a Santa Sé. O caso do Banco Ambrosiano mostra como é insidiosa. Nem por isso devemos generalizar nem identificar um sinal de decadência ou diminuição dos padrões da administração da Igreja.

A violência que a referida Nota profetiza jamais terá meu incentivo. Tenho dado mostras de paciência, concórdia e tolerância, e perseverarei nelas.

Vossa Reverendíssima preside uma comunidade muito grande. Mas somente o fato de ser presidente da CNBB não lhe torna possível controlar qualquer desvio de conduta de quem quer que seja, e nem por isso deve ser acusado de chegar às raias "da conivência".

De minha parte terão sempre o país e a minha Igreja a manutenção desses

padrões que me fizeram cristão e me dão a paz interior, que é a paz do espírito.

Como dizia S. Paulo, "eu que escrevi esta epístola, vos saúdo no Senhor". O amigo de sempre, com estima e afetuosos abraços, **José Sarney**. Brasília, 02 de fevereiro de 1988.

NOTA PARA AUDIÊNCIA NO PALÁCIO

1. Sentido da Nota da Presidência da CNBB. A Nota repete o teor dos documentos precedentes do Conselho Permanente da CNBB e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC): ● denúncia, de modo veemente, do lamentável clima de corrupção que vem de longa data; ● a impunidade que protege a corrupção nos diversos níveis da administração; ● a deseducação popular como deteriorização do senso moral; ● a necessidade de gestos expressivos em todos os níveis do governo para demonstrar a desaprovação deste clima e o compromisso com o bem comum. **Quanto à apuração dos fatos,** o Governo dispõe de Organismos específicos e competentes para investigar, julgar e punir os casos concretos de corrupção que ele mesmo reconhece existir. A impunidade não pode persistir. **Sugere-se a constituição,** por iniciativa dos Organismos Governamentais competentes de uma comissão de alto nível com representantes da Sociedade Civil para apuração das denúncias de corrupção e favorecimento administrativo. Esta Comissão terá franqueadas portas e dossiês para apuração das denúncias que a ela forem apresentadas.

2. Urgência da implementação das metas sociais, conforme anseios do po-

vo: ● o desapontamento com a Reforma Agrária; ● a insuficiência da política habitacional apesar de esforços recentes; ● a diminuição progressiva das aposentadorias e o inevitável acabrunhamento dos que se vêem desprotegidos, após uma vida de trabalho; ● a desproteção das populações indígenas diante do avanço das empresas de mineração, dos garimpeiros e da faixa excessiva de quilômetros requisitada pelo Projeto Cailha Norte; ● a desproporção de leitos e hospitais nas grandes cidades para atendimentos cada vez mais numerosos.

3. Necessidade de fortalecer a confiança do povo no processo da Constituinte: ● superação de interesses grupais com perda de visão do bem comum; ● agilização da participação popular e respeito às justas expectativas suficientemente expressas nas emendas assinadas (Instrumentos de Participação Popular, Reforma Agrária; direito dos trabalhadores, direitos das famílias, defensoria do povo etc.); ● é indispensável, quanto antes, superar a visível insatisfação do povo.

4. Afirmação da vontade da Igreja assumir sua parte de responsabilidade para superação da crise econômica, social e política, numa hora em que se requer a colaboração das pessoas e instituições: ● recurso à oração e à conversão; ● recuperação de padrões éticos; ● viabilização de instrumentos de participação popular; ● formação da consciência cívica como expressão de dever religioso; ● colaboração constante para atitudes de promoção da justiça social, reconciliação de divisões e prossecução da harmonia e da concórdia social.

● Quanto ao caso do Banco Ambrosiano é preciso ter presente que o Ban-

co não é de propriedade da Sé Apostólica e tudo que o Poder Judiciário italiano determinou foi devidamente cumprido através das instâncias competentes do Estado do Vaticano.

5. A Nota da Presidência da CNBB exclui julgamento das intenções dos responsáveis pelo destino da Nação, reconhece o peso das dificuldades internas e externas que enfrentam e renova contra toda desesperança que é preciso e possível esperar. Para tanto, não há de faltar reservas morais no povo, nem a proteção de Deus.

Brasília-DF, 3 de fevereiro de 1988.

+ **Luciano Mendes de Almeida**

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Secretariado Regional NORTE — I

Manaus, 30 de dezembro de 1987

Ilmo. Sr. Ir. Claudino Falchetto

Caríssimo Irmão,

Antes de mais nada queremos desejar a todos os religiosos, no ano de 1988, muita fé e esperança no cumprimento dos desígnios do Senhor.

Sabedores do compromisso da CRB com os mais necessitados, queremos fazer um apelo, certos de poder contar com todo o vosso apoio.

Trata-se da Causa Indígena.

As Nações Indígenas no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima continuam, hoje como no passado, vítimas de um processo violento de extermínio.

Se no período colonial ainda era interessante manter o índio vivo para servir como mão-de-obra, hoje ele é visto como um entrave ao "desenvolvimento", e como tal, condenado a desaparecer. Calha Norte, Madeireiras, Mineradoras, Projetos Hidroelétricos, fazendeiros e a própria política indigenista do governo revelam-se os agentes de morte dessas Nações.

Os índios na sua luta pela vida sempre tiveram no CIMI seu mais forte aliado. No entanto, hoje, um momento decisivo para os Povos Indígenas, o CIMI Regional Norte I na Amazônia encontra-se enfraquecido com muitas bases indígenas totalmente descobertas. Isso nos deixa extremamente angustiados.

Precisamos de missionários sensíveis e dispostos a assumir trabalhos em comunidades indígenas. Reconhecemos que essa Pastoral específica só é possível realizar com muito amor e coragem. Por outro lado, a contribuição da Igreja neste momento significa para os Povos Indígenas uma mensagem de esperança na sua luta pela sobrevivência. A essa missão evangelizadora não nos podemos furtar.

É portanto, nesse sentido, que vai o nosso apelo.

Gostaríamos de solicitar da CRB que levasse esse nosso pedido de socorro a todos os Institutos Religiosos.

Na esperança de que a causa de nossos irmãos índios encontre eco no coração de muitos religiosos, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Dom Moacir Grechi

Pres. Regional Norte-I — CNBB

Guenter Fco. Loebens

p/ Coord. CIMI Norte I

ALIADOS

AOS POBRES COM MARIA

Que vale o Ano Mariano para os Religiosos do Brasil? Uma grande chance de nova aliança com Maria em vista da conversão aos pobres e da inserção cada vez mais evangélica no meio do povo.

Irmão Aleixo Maria Autran, FMS
Florianópolis, SC.

O ANO MARIANO 87/88 não quis ser simplesmente um jubileu caracterizado por determinadas celebrações e pelo ganho de indulgências especiais. João Paulo II deixou bem claro, ao anunciá-lo, que seria em cada igreja particular um ano para se renovar, a exemplo de Maria, a total adesão à vontade de Deus e, desse modo, um maior engajamento no serviço do Senhor e do próximo com vistas ao terceiro milênio de cristianismo.

Quase ao findar esse tempo de graça e de novo compromisso com a evangelização, cabe perguntar-nos se os religiosos latino-americanos captamos bem o sentido e o desafio de uma intensa vida marial. Inseridos num continente marcadamente mariano (1), membros vivos de uma igreja que fez sua opção pelos pobres e às vésperas do final do século, voltamo-nos de fato e

com amor acrescido para a "Stella Matutina" e Aurora do Sol da Justiça, desejosos de caminhar com ela nesse período da história?

O "kairós", tempo de Maria, é-nos oferecido pela Igreja certamente para descobrir e vivenciar melhor a presença da Mãe de Cristo e nossa entre nós, a caminho do Pai, no seguimento de Cristo.

Nesse artigo propomo-nos retomar algumas idéias-chaves da encíclica "Redemptoris Mater" e iluminar com elas a dimensão mariana da vida religiosa na América Latina e no Brasil. Um ensaio apenas com textos necessariamente selecionados. Felizes nos sentiríamos se as linhas que seguem inspirassem aos leitores o desejo de meditar toda a encíclica, um documento de forte sabor bíblico e com nítida consciência histórica que abre no-

vas prospectivas para a Mariologia e a devoção à Mãe da Igreja.

Nosso ser e o nosso quefazer religioso muito têm a ver com a Serva do Senhor.

1. A vinculação dos Religiosos à Mãe e Serva do Senhor

Talvez tenhamos olhado demoradamente demais para nós mesmos, nesses vinte e cinco anos de pós-concílio. Andamos preocupados na busca de nossa identificação como religiosos. Atendemos, sim, ao mandamento conciliar de ensaiarmos a renovação e imperiosa adaptação da vida consagrada aos tempos modernos. O desafio da modernidade impeliu-nos a rever nossos conceitos e vivências sob pena de infidelidade à missão e ao Evangelho.

É essa **missão**, por sinal inerente à própria **consagração**, o critério cada vez mais claro de nossas várias escolhas e determinações. Sobretudo na América Latina ela está dando origem a uma nova forma de vida religiosa mais despojada e mais exigente em termos de compromisso com o povo, de inserção entre os pobres. O rejuvenescimento apostólico dos consagrados reverte claramente em vitalidade eclesial para as dioceses e igrejas particulares. Já não parece impossível o retorno ao genuíno espírito dos Fundadores. Dom sempre atual do Espírito vivificante, o **carisma** próprio de cada Instituto vai-se revelando mais dinâmico, questionador e, na medida em que se concretiza "aqui e agora", atrai novas e promisso-

ras vocações, contagia os leigos, enriquece a igreja. Infelizmente nem todos os religiosos se reconhecerão nesse quadro. De qualquer forma, os textos renovados de suas Constituições e Estatutos apontam-lhes essa senda luminosa para o futuro de seus respectivos Institutos.

Resta-nos firmar, à luz da nova legislação, a práxis do seguimento radical de Jesus Cristo.

Ora bem, na passagem sempre delicada da teoria ou do ideal bem formulado para a prática do cotidiano de cada comunidade religiosa, Maria tem um papel indispensável. Ela é a Virgem das mudanças e da encarnação é a estrela guia de toda conversão verdadeira a Jesus Cristo. Nela e por ela, com efeito, o antigo testamento fez-se novo; o itinerário terreno de Jesus tornou-se o caminhar da Igreja na história. Mãe do Verbo encarnado, tem o condão de levar-nos a humanizar e a concretizar a vida segundo o Espírito. Quem está animado por Maria vai com pressa (cf. Lc 1,39) no cumprimento integral e jubiloso da vontade do Pai (cf. Lc 1,38).

Fato inegável é a profunda consonância entre a vida religiosa e a pessoa de Nossa Senhora. Como bem adverte um notável documento desses últimos anos (2):

"A SSma. Virgem Maria é um bem que pertence à Igreja toda e a todas as gerações: ela desempenha o seu ministério materno em benefício de todos os homens. A todos, homens e mulheres, bispos, presbíteros, diáconos, religiosos, re-

ligiosas e leigos, Maria, por sua pureza na adesão à vontade do Pai e à mensagem do Filho, se oferece como imagem perfeita do discípulo de Cristo... Por conseguinte, à luz da tradição e da experiência eclesial, não é possível apropriar-se do modelo mariano e atribuí-lo exclusivamente aos religiosos" (p. 25).

Esse vínculo da humanidade toda com Maria, sua Mãe e Modelo, foi o que sugeriu ao Papa decretar um especial ANO MARIANO, como ele mesmo disse (cf. RM 48). Não se trata, longe disso, de um elo afetivo e devocional apenas. É vínculo ontológico-teológico: "Maria, como Mãe de Cristo, está unida de modo especial com a Igreja, que o Senhor constituiu com seu corpo (LG 52). A realidade da Encarnação encontra como que um prolongamento no mistério da Igreja, corpo de Cristo" (RM 5).

Se todos os batizados, pois, pertencem filialmente a Maria e ela lhes pertence em Cristo, qual será o específico desse vínculo para o 1.200.000 religiosas e os quase 270.000 religiosos que atualmente se apresentam, quer queiram ou não, como porção privilegiada e responsabilizada do povo santo de Deus?

Dissemos, há pouco, existir profunda sintonia entre a essência evangélica da Vida Religiosa e a vida de Maria, a Virgem do Senhor.

Efetivamente, embora a vida de Maria possa e deva ser assumida por todos os discípulos de Cristo qual norma de viver evangélico, ca-

sados e religiosos não experimentam do mesmo jeito o mistério e a exemplaridade da Virgem-Mãe. A "Familiaris Consortio" (16) ensinou-nos que "matrimônio e virgindade são os dois modos complementares de se exprimir o único mistério da aliança de Deus com o seu povo." Nosso estado pessoal de vida comanda a maneira de nos relacionarmos também com Nossa Senhora.

"Embora pertencendo a um povo de consagrados (cf. Dt 14,2), Maria foi uma leiga. Com efeito, a tradição eclesial ao refletir sobre os dados evangélicos, gosta de apresentar a Virgem como **mulher consagrada** por excelência, expressão mais pura e sublime, depois de Cristo, de uma consagração pessoal a Deus em vista da salvação do mundo. Consagrada ela foi pela ação santificante do Espírito, desde sua concepção imaculada e, depois, pela inefável presença do Verbo em seu seio virginal. Por sua vez, Maria consagra-se livre e totalmente a Deus em correspondência generosa à sua vocação. À luz do Evangelho pode-se afirmar que, em virtude de sua excepcional consagração, tudo na vida de Maria era referenciado ao Senhor, tudo é sinal de um relacionamento particular com o Pai, com o Filho e com o Espírito; tudo se orienta à salvação do gênero humano" (3).

Essa longa citação do texto partilhado pelos Servos de Maria com dezenas e dezenas de famílias religiosas, tem a vantagem de delinear-nos com muita lucidez os rasgos essenciais da vocação de Maria que reaparecem também como es-

senciais à vida religiosa. "O que em Maria foi vocação à maternidade messiânica: gerar o Cristo no coração e na carne, nos religiosos é chamamento à fecundidade virginal no Espírito: gerar o Cristo mediante o acolhimento da Palavra e o cumprimento da vontade do Pai" (p. 35).

Em Maria e em nós, idêntico mistério de sponsalidade com o Senhor; mesma obediência da fé; igual silêncio de amor acolhendo e ecoando a Palavra. No coração da Igreja, compete-nos prolongar a missão de Maria e testemunhar com a vida seu mistério de pobre serva a serviço de todos com entranhado amor de mãe.

Se toda "a Igreja caminha para a sua meta seguindo as pegadas do itinerário de Maria" (4), bem mais perto dela vamos nós, os consagrados, agradecidos sem dúvida pela marialidade do carisma da vida religiosa e bem desejosos de imitá-la a mais não poder em sua admirável peregrinação na fé.

2. A "herança de Maria" na Vida Religiosa

Lemos na "Redemptoris Mater" (6): "A peregrinação de fé é algo que já não pertence à Mãe de Deus glorificada nos céus, ao lado do próprio Filho. Continua sendo, porém, um ponto de referência constante para a Igreja, para as pessoas singulares e para as nações e, em certo sentido, para toda a humanidade."

Com ser bíblica é também muito existencial e sugestiva essa imagem

da caminhada ou peregrinação para indicar o processo histórico e interior do nosso crescimento em Cristo, "a história de nossa alma". Quando o papa se compraz em repetir que "nessa peregrinação, a Virgem Maria continua a preceder o povo de Deus" (RM 6), torna-se-nos mais claro que o mesmo dinamismo do Espírito que, outrora, atuou tão fortemente na vida de Maria de Nazaré, continua atuando hoje em nossas existências consagradas.

Tem mais. A fé da Virgem Santíssima é um patrimônio nosso, herança que nos cabe, graça em que participamos na comunhão dos santos. Eis uma verdadeira pérola do magistério mariano de João Paulo II. Utilizando livremente os ensinamentos de S. Luiz M. G. de Montfort (5), escreve o pontífice:

"Essa fé de Maria que assinala o início da nova e eterna aliança de Deus com a humanidade em Jesus Cristo, essa fé heróica precede o testemunho apostólico da Igreja, e permanece no coração da mesma Igreja, escondida como herança especial da revelação de Deus. Todos aqueles que, de geração em geração, aceitando o testemunho apostólico da Igreja, começam a participar dessa herança, participam em certo modo da fé de Maria" (RM 27).

A vida religiosa é um viver na fé e da fé em Cristo, "que me amou e se entregou por mim" (Gal 2,20). Como São Paulo (cf. Fl 3,12 s), sentimo-nos empolgados, seduzidos por Jesus Cristo a ponto de deixar tudo "por causa dEle"

(Fl 3,7), isto é, por uma opção fundamental de fé. A fé, veja-se em Maria, é antes de mais nada acolhimento total ao dom de Jesus Cristo e comprometimento com o seu projeto redentor.

Querendo dar mais plenitude à nossa fidelidade de consagrados, instintiva e habitualmente volve-mos a fixar o olhar interior na pessoa de Maria, a bem-aventurada pela fé que sempre viveu em seu seguimento ao Filho e Senhor.

“Com razão podemos encontrar na expressão: “feliz daquela que acreditou (Lc 1,45), como que uma chave que nos abre o acesso à realidade íntima de Maria, daquela que foi saudada pelo anjo como cheia de graça (Lc 1,28). Se como “cheia de graça”, ela esteve eternamente presente no mistério de Cristo, agora, mediante a fé, torna-se dele participante em toda a extensão do seu itinerário terreno. Avançando na peregrinação da fé, de maneira discreta e eficazmente, ela tornava presente aos homens o mesmo mistério do Cristo” (RM 19).

Temos aqui todo um programa do que se espera de nós, religiosos, mais ainda a partir desse abençoado ANO MARIANO preparatório ao 3º Milênio de Cristianismo. Companheiros de viagem do povo sofrido e sempre necessitado de evangelização, igual a Maria, sejamos capazes de tornar-lhes presente o Cristo Libertador. E isso enquanto nós mesmos vamos caminhando “de fé em fé”. A Igreja do Ano Dois Mil será o que forem seus religiosos e leigos engajados com o

evangelho da graça e da gloriosa liberdade dos filhos de Deus.

Preciosa é a herança que o Senhor nos reservou! Graças a Ele, pelo inestimável dom que representa Maria em nossas vidas consagradas exclusivamente “por causa de Cristo”!

3. Duas tarefas indeclináveis a partir do ANO MARIANO

“Sem vã retórica, podemos dizer que sobre os religiosos pesa a responsabilidade histórica de conservar fielmente a piedade para com a Mãe do Senhor e promover o reto desenvolvimento do seu culto” (6).

O “vazio mariano” em numerosos setores da pastoral vem sendo acusado pela maneira muito sutil com que o povo reage a tal situação, ora revivendo formas de antiga piedade marial um tanto à margem do compromisso cristão, ora cedendo à onda de falsas aparições acompanhadas de sinais estranhos, segredos e ameaças apocalípticas. Os fiéis têm fome de autêntica catequese mariana. Voltaremos a isso. Por enquanto, retenhamos a urgência para nós, religiosos, portadores natos da presença de Maria, de sermos os promotores de uma verdadeira devoção a Nossa Senhora.

Dentre as muitas tarefas que poderíamos assumir nessa área, duas parecem mais aptas a configurar a resposta da vida religiosa no Brasil e na América Latina aos apelos da “Redemptoris Mater”.

1. Fazer memória constante, entre o povo, da santa Virgem Maria;

2. Contribuir para que se formem comunidades vivas em torno da Mãe do Redentor, comunidades que se empenhem na libertação integral do homem e da mulher latino-americanos (brasileiros, mais concretamente).

A primeira tarefa trará Maria mais perto do povo; com a segunda ajudaremos o povo unido na luta em nome de Maria contra o pecado social que perpetua a escravidão do homem. Em ambas prolongaremos, por nossa parte, a atitude de Jesus Crucificado (cf. Jo 19,26) e ressuscitado (cf. Jo 10,10; 17,22; etc.).

3.1 — A memória viva de Maria entre nós

Antes de tudo, “recordar ‘a presença viva e gratificante da Mãe dulcíssima’, outrora tão discreta em meio ao seu povo, tão escondida com Cristo em Deus, que sua vida passava quase despercebida aos olhos de seus contemporâneos” (RM 3).

“Só no Mistério de Cristo se esclarece o seu mistério plenamente.” Infelizmente, ainda hoje, muitos cristãos, inclusive militantes, parecem ignorar Maria ou padecem de uma desinformação preocupante a seu respeito. A amnésia mariana, que se verifica em muitos lugares, priva as novas gerações de conhecer suas raízes históricas como povo da Encarnação do Verbo Redentor e de acertar o próprio itinerário de fé na linha querida pelo

Senhor: “A Jesus por Maria”. O que se experimentou no começo anuncia o que desejamos para o fim. Maria antecipa em si mesmo o homem novo, escatológico. É preciso conhecê-la bem. Ela foi para sempre associada ao plano salvífico relativo à história de toda a humanidade.

Por outro lado, a religião cristã é **anamnese**. Sua liturgia faz-nos reviver e relembrar perenemente as maravilhas de Deus no evento ou mistério de Cristo. A Eucaristia, sacramento-memorial, imerge-nos a fundo nessa “recordação dinâmica e atualizadora” do Senhor Jesus “até que Ele venha”. Impossível, porém, consagrar e tomar o pão e o vinho, sem recordar, “em primeiro lugar”, na comunhão dos santos, a Santa Mãe de Deus, por cuja virgindade fecunda nos veio o Autor da Vida e cuja intercessão constante nos obtém a graça de nele vivermos como membros unidos à cabeça.

Só que essa “memória” ou recordação afetiva da Virgem Maria precisa ser reavivada em nossas comunidades eclesiais. Temos que ensinar os fiéis a encontrar Nossa Senhora lá onde sua presença se condensa ao máximo, isto é, no meio da comunidade que celebra a Eucaristia. Então, sim, ela se apresenta como a Mãe do corpo místico que se alimenta e se compromete na força desse alimento a dar vida ao mundo.

A pobreza de tantas práticas de devoção mariana, da catequese e pregação sobre Maria, está aí para demonstrar que ainda não se fo-

mentou suficientemente “o culto, principalmente litúrgico, para com a SSma. Virgem”, consoante as recomendações do Vaticano II (LG 67 e SC 103).

Temos agora um valioso subsídio para a educação litúrgica da piedade marial. São os 46 formulários da “Coletânea de Missas de Nossa Senhora”, publicada recentemente pela Congregação para o Culto Divino (7). Saibamos utilizá-las adequadamente nos sábados, fazendo desses dias a preparação com Maria para a memória dominical da ressurreição do Senhor.

Diz-nos a “introdução” da Coletânea:

“A Virgem Maria, por desígnio divino, em vista do mistério de Cristo e da Igreja, ingressou intimamente na história da salvação e participou ativamente, de diversas maneiras, nos mistérios de Cristo... A Igreja, comemorando o papel da Mãe do Senhor na obra da redenção e cultuando seus privilégios, celebra principalmente os fatos da salvação” (ns. 5b e 6).

Maneira singela e eficaz de entreter e aprofundar a doce “memória” de Maria no coração dos fiéis é o **rosário**, cuja recitação meditativa não deveríamos deixar de promover e ensinar. É nossa comunhão espiritual, ao longo do dia e em qualquer circunstância, com a Mãe contemplativa dos mistérios do Filho (cf. Lc 2,19.52b). É nosso aprendizado cotidiano, na oração, das verdadeiras atitudes dessa perfeita discípula de Cristo (8).

Os fiéis (certamente movidos pelo Espírito que nos ensina a clamar Abba! Pai! — e nos atrai filialmente para Maria) apreciam muito o terço e qualquer devoção que os faça sentirem-se mais perto de Nossa Senhora. Ela, que tão próxima se encontra da história dos homens, com suas alegrias, sofrimentos, angústias e esperanças, é a medianeira poderosa e dadivosa junto do Cristo, seu Filho e nosso Irmão.

Liturgia e piedade popular requerem também o esteio do conhecimento da doutrina marial. Urge estudarmos a figura evangélica de Nossa Senhora. A mariologia não é luxo; é exigência da fé adulta. Paulo VI a considera “atitude cultural” em relação à Virgem Maria, correndo de paradas com a veneração e o amor, a confiança, a invocação e a imitação (9).

Mas como estudar (e anunciar) o Mistério de Maria? Buscando-o, em primeiro lugar, na Sagrada Escritura. Dessa metodologia o exemplo mais frisante é a encíclica “Redemptoris Mater”. “O estilo global da encíclica se caracteriza por uma grande vizinhança aos textos bíblicos e por uma imersão contemplativa cheia de amor em sua mensagem” (Cardeal Ratzinger). Nela o Papa nos ensina a ler a vida e o mistério de Maria na Bíblia, seguindo o critério da totalidade e da unidade da Palavra de Deus. Método prenhe de novas perspectivas mariológicas.

Quanto mais os religiosos e agentes de pastoral (os padres também)

estudarem seriamente a mariologia no contexto da história da salvação, melhor compreenderão e farão o povo compreender que "Maria não foi uma escolha ocasional no plano de Deus, mas representa mesmo um elemento essencial no desígnio salvífico" (Calabuig O.S.M.).

3.2 — Comunidades vivas e atuantes em torno da Mãe do Redentor

O ANO MARIANO despertou nossa consciência de "peregrinos na fé com a Mãe do Redentor". Dissemos acima que tarefa dos religiosos seria vivificar a piedade marial dos fiéis mediante a recordação viva da presença de Maria na comunidade-Igreja, logo na caminhada de cada um e de todos. Essa "memória" de Maria é incrivelmente ativa, dinâmica. De que maneira?

A Mãe da Igreja suscita em nós o espírito de comunhão e de reconciliação, desenvolve a fraternidade universal, reúne e fortifica a comunidade de fé, de amor e de serviço.

Nunca, como em nossos dias, o mundo precisou tanto de ver realizado esse ideal ou utopia evangélica da comunhão (koinonia). Basta olhar ao redor de nós. Ora, uma das dimensões do carisma da vida religiosa é manifestar visivelmente que a unidade, sonhada por Jesus Cristo (cf. Jo 17), já é possível entre aqueles que crêem em seu Nome. A partir de nossa fraqueza, mas com a força do Espírito Santo, demonstramos que o amor de caridade (ágape) existe. Nossas comunidades religiosas tornam-se

sinais da Igreja toda "corpo do Senhor" (cf. Rom 12,5). Empenhados pela profissão dos votos religiosos a viver para Aquele que por nós morreu e ressuscitou (São Paulo), já não organizamos nossa vida em função de nossos interesses pessoais mas a ofertamos toda ao serviço do próximo.

Isso é perigosamente revolucionário. Estimula o espírito comunitário e a entrega do próprio tempo, da própria vida, no meio dos fiéis, a serviço do Reino.

Dessa forma, os religiosos são/serão aliados de Maria para inspirar, nuclear, formar e acompanhar comunidades vivas, comunidades cristãs onde desponte finalmente a desejada "civilização do amor". Comunidades cristãs que vivam o espírito (a espiritualidade) do MAGNIFICAT da Virgem seduzida pelo Reino de Deus.

Poderíamos prolongar essa reflexão, aduzindo também a força do nosso testemunho de vida marial. Se Maria ocupa realmente o lugar que lhe compete em nossa consagração religiosa, somos como que sacramentos ou sinais da ação materno-educativa pela qual ela não cessa de congregar os filhos e filhas. Em outros termos, prolongamos e atualizamos, onde vivemos, a presença unitiva da Mãe da Igreja. Refletimos e continuamos a oração de Maria no Cenáculo. Encarnamos, de mil modos, sua caridade na Visitação. Comungamos com sua alma oblativa na Apresentação e no Calvário. Revestidos de suas entranhas de misericórdia, acolhe-

mos, compreendemos, perdoamos, restauramos os que vêm a nós e saímos à procura dos que vagueiam longe de casa. O coração de Maria palpitará no nosso. Esse é o testemunho de Maria que, progressivamente, somos chamados a oferecer, em nossas igrejas locais, com a graça do Espírito Santo. Uma graça a ser pedida por todos como fruto do ANO MARIANO.

Finalmente é preciso urgir um elemento essencial da autêntica devoção a Nossa Senhora, isto é, sua orientação ao social cristão. Entendamo-nos.

A "dimensão mariana do ser cristão" (RM 45) tanto exige uma entrega filial, confiante e total de si mesmo à maternidade de Maria, vale dizer relacionamento íntimo e permanente com ela em nossa vida de fé; quanto esforço conseqüente e constante de viver a comunhão fraterna (koinonia), e de empenhar-se na evangelização libertadora do homem todo e de todos os homens. São dialéticos o aspecto personalíssimo (individual) da devoção marial e seu aspecto social e comunitário.

"Pode-se dizer que a maternidade na ordem da graça tem analogia com o que, na ordem da natureza, caracteriza a união da mãe com o filho... Cada um dos filhos, de fato, é gerado de modo único e irrepetível... é circundado de modo único e irrepetível por aquele amor materno em que se baseia a sua formação e maturação em humanidade... À luz disso, torna-se mais compreensível o motivo pelo

qual, no testamento de Cristo (cf. Jo 19,26-27), essa maternidade de sua Mãe é por ele expressa no singular, em relação a um só homem: "Eis a tua Mãe" (RM 45).

Esse aspecto singular do relacionamento do discípulo de Cristo com a Mãe de Cristo (Jo 19,27a), acolhendo-a numa comunhão de vida (10), introduzindo-a no seu "eu" humano e cristão, como diz a Redemptoris Mater (45), acarreta necessariamente o alargamento de nosso coração à dimensão do mundo, às dimensões do coração materno de Maria "maior que o mundo" (11).

O cristão dedicado a Nossa Senhora (houve um tempo em que se dizia: **uma alma marial**) participa intimamente e como que por osmose de sua com-paixão pela humanidade. Tem a capacidade sobrenatural de penetrar no espírito e nos corações dos que sofrem, partilha a injustiça e a humilhação dos oprimidos, sente "de dentro" seu clamor e alia-se à sua luta. Igual a Maria, no espírito de Maria, a Mulher tão compassiva e tão eficazmente solidária com o povo, com os pobres.

As comunidades cristãs, que se estreitam em torno da Mãe do Redentor e dos redimidos, não apenas "sonham" com a gloriosa liberdade dos filhos de Deus para esses milhões de latino-americanos e de brasileiros sempre mais excluídos do "festim das nações e dos grandes". Assumem evangelicamente a sua causa. Aproximam-se deles, ou melhor, recebem-nos em casa.

Não é mais tolerável que continuemos a cantar o Magnificat, a falar de Maria como “pobre de Yahweh” e “Mãe dos empobrecidos”, e esse nosso “discurso” não se traduza em gestos concretos e atitudes duradouras de “conversão aos pobres e à sua justa causa de libertação”.

Nossa solidariedade efetiva com os necessitados e injustiçados, estejam onde estiverem e sejam quem forem, é a pedra de toque da autenticidade de nossa devoção à Mãe de todos os homens.

É tempo de nos embebermos no espírito libertador do Magnificat e da Maternidade de Maria (12) e de agirmos à luz dessa “charta magna” da verdadeira teologia da libertação.

“Em Maria — escreve um teólogo da atualidade (13), a cristologia da libertação poderia mostrar a eficácia operativa da fé no seu ponto culminante. A libertação, com efeito, não é apenas salvação espiritual e escatológica, mas é também compromisso de transformação global do homem e da sociedade.”

Nossa mariologia não será “neutra” (seria hipocrisia), nem o culto mariano por nós promovido entre os fiéis deixará “de fora” as grandes causas sociais que empenham até... o martírio da Igreja de nosso Continente por fidelidade a Jesus Cristo.

O difícil é mudarmos, nós mesmos, e ajudar o povo a mudar seu olhar contemplativo sobre Nossa Senhora. É questão de “mudança do lugar social”.

Coloquemo-nos com Maria de Nazaré do lado dos pequeninos e humilhados. Vê-la-emos com outros olhos.

Conclusão

Que vale o ANO MARIANO para os religiosos da América Latina, do Brasil?

Uma grande chance de nova aliança com Maria em vista de sua conversão aos pobres, de sua inserção cada vez mais evangélica no meio do povo.

Toda a Igreja foi convocada para projetar e preparar o terceiro milênio de cristianismo a partir de uma “memória” mais profunda e atualizada da Mãe sempre presente, lugar santo em que a PALAVRA se fez carne redentora para todos e continuamente se oferece a nós.

Os religiosos prolongam em suas vidas e no seu dedicar-se às coisas do reino — esse mistério salvífico e sponsal “d’Aquela que acreditou” (Lc 1,45) e que acompanha o Povo Santo de Deus para o Reino.

Que Ela, Serva do Senhor e dos homens, tenha em nós os seus aliados na solidariedade e comunhão com os mais pobres!

NOTAS

(1) Ver Documento de Puebla, nº 282.

(2) “FAZEI TUDO O QUE ELE VOS DIS-

SER” — Reflexões e Propostas para a Promoção da Piedade Mariana. Capítulo

Geral da Ordem dos Servos de Maria, Edições Paulinas, 1985. (3) "FAZEI TUDO..." p. 33. (4) "Redemptoris Mater", nº 2. Doravante indicaremos as referências a esta encíclica com as iniciais RM seguidas do número do parágrafo correspondente. (5) S. Luís Maria Grignon de Montfort: "Tratado da Verdadeira Devoção à SSma Virgem, Vozes. (6) "FAZEI TUDO..." p. 26-28. (7) Congregação para o Culto Divino: "Coletânea de Missas de Nossa Senhora", Vol. 1 e 2, Edições Paulinas, 1987. (8) Sobre o valor e a importância do rosário nada melhor do que a síntese de Paulo VI em "Marialis Cultus". (9) "Marialis Cultus" nº 22. (10) "O discípulo recebeu-a em casa, não num prédio de sua propriedade, porque não possuía nada de seu, mas sim entre o que era objeto de seus

cuidados, a que ele atendia com dedicação." (S. Agostinho in Joahn. Evang. tract. 119,3 — citado em nota pela RM 45). (11) "Documento de Puebla" nº 289: "Maria não vela apenas sobre a Igreja. Tem um coração tão grande quanto o mundo e intercede ante o Senhor da história por todos os povos. Isto bem registra a fé popular que põe nas mãos de Maria, como rainha e mãe, o destino de nossas nações." (12) "Documento de Puebla" nºs 297, 198, 199, 302. "Redemptoris Mater", 35-37: O "Magnificat" da Igreja que está a caminho "Instrução sobre a Libertade Cristã e a Libertação", CDF nº 97. (13) A. Amato: "Implicanze Mariologiche della Cristologia della liberazione" in *Nuovo Dizionario di Mariologia*, Roma, 1985 — p. 611. □

Deus em nós nada faz sem nós

Bíblia — "Pela graça fostes salvos, por meio da fé. E isso não vem de vós. É dom de Deus. Não vem das obras para que ninguém se encha de orgulho", Ef 2, 8.

Leitor — A salvação é gratuidade de Deus que nos vem mediante a fé em Jesus Cristo. A salvação é dom, é benevolência, é gratuita, é de graça. A única exigência é a fé. "Todo aquele que crê tem nele a vida eterna", Jo, 3, 15. Mas o homem não pode ter uma atitude passiva. O cristianismo não é a irmandade dos homens e das mulheres de braços cruzados. Cada um é como ou terra fofa, adubada, protegida e fértil ou terra ressequida, endurecida, hostil e estéril. A graça é a semente. Os frutos não vêm da terra, mas da semente. Mas a semente, sem a terra, ficaria o que é: semente, potencialidade. Nossas boas obras nada mais são do que frutos produzidos pela graça no coração de quem aceita Deus em sua vida. CRER é dar a Deus o que lhe é próprio. É aceitar e receber o que Deus dá. O homem prepara a terra, mas os frutos não vêm da terra mas da semente, a graça, que os contém em si, potencialmente. Deus tudo pode fazer sem nós melhor do que conosco. Mas em nós, nada faz, sem nós. É tudo muito misterioso (Pe. Marcos de Lima, SDB).

IDENTIDADE

DA VOCAÇÃO DO IRMÃO

A Vida Religiosa laical, quer para homens, quer para mulheres, constitui em si um estado completo de prática dos conselhos evangélicos, pois a Vida Religiosa nasceu com uma configuração tipicamente laical.

Irmão Claudino Falquetto, FMS

Rio de Janeiro, RJ

A — A vocação laical no pós-Concílio

A VR como expressão de radicalidade da consagração batismal antecede as formas laicais ou clericais, ambas denominações posteriores e estruturadas de formas históricas de seguimento de Jesus Cristo.

Ainda neste Seminário analisamos a evolução histórica das formas de VR através dos tempos e através das diferentes famílias religiosas que foram delineando a figura daquele que hoje denominamos Irmão Leigo, Coadjutor, Converso e mesmo, numa forma negativa e pejorativa, o “não clérigo”.

O Concílio Vaticano II com o sopro do Espírito que varreu a Igreja toda atingiu de maneira preocupante também essa categoria expressiva de seguidores de Cristo. As

transformações históricas dos últimos decênios e as aquisições teológicas do Vaticano II impõem certamente uma avaliação e uma síntese a partir desses dados fornecidos pela reflexão e pelos sinais dos tempos.

Podem-se detectar como fontes de reavaliação da vocação do Irmão Leigo, como aliás também de outras vocações: o fim da “cristandade”, a percepção renovada dos valores e os processos estruturais de mudança.

Num primeiro nível, o fim da “cristandade” decorre do próprio processo de secularização, que atingiu o primeiro mundo — sede da maioria dos centros internacionais dos Institutos de Vida Consagrada — com particular intensidade. “A secularização consiste fundamentalmente na mudança de mentalidade,

de cultura e de costumes que, iniciada com o mundo moderno, foi se afirmando como reação à superposição havida, na Idade Média, do sagrado sobre o profano, da fé sobre a cultura, da religião sobre a política, da Igreja sobre o Império, do Papa sobre o rei, do sacerdócio sobre o reino. A secularização consiste na ruptura destas identificações impróprias” (Bartolomeo Jorge, SJ, in XXXIV incontro U.S.G.).

A secularização por ser ambivalente pode levar ou ao secularismo, que tem sua forma extremada na negação do próprio Deus, ou a uma legítima autonomia das realidades temporais, o que denotaria um fenômeno positivo e de maturidade cultural e espiritual porque purifica o conteúdo da fé e faz crescer a responsabilidade histórica frente aos problemas pessoais e aos oficiais.

Na VR a secularização pode ser observada a partir dos dados numéricos que reduziram os efetivos, diminuíram as entradas, introduziram em muitas comunidades o bem-estar, o comodismo, as facilidades de todo gênero. Por outra o surgimento das pequenas comunidades, a fundação de novas Congregações, a simplicidade e frugalidade das fraternidades, a inserção nos meios populares, o maior empenho histórico, e tantos outros fatos denotam renovada vitalidade e prenunciam uma Vida Religiosa condizente com a radicalidade evangélica. O fim do período de “cristandade” é benéfico para a Igreja e para a VR, quando expressa a volta ao essencial do ca-

risma e se transforma em estímulo de crescimento tanto para o indivíduo quanto para a instituição.

No segundo nível, como fruto cultural, há um **processo de mudança de valores** para o qual se mostram cada vez mais sensíveis tanto a sociedade quanto os religiosos.

Dizemos que o pluralismo é uma das características do mundo moderno — particularmente nos últimos 30 anos. Foi rompida a homogeneidade nas visões da vida e da história; desapareceu a segurança ancorada em verdades definidas e imutáveis; avançou a conquista das ciências humanas expondo as rupturas da unidade espiritual e moral da sociedade. Na Vida Religiosa assistiu-se à insegurança na formação, à fragilidade nas relações fraternas, ao questionamento dos votos, às crises de identidade, à perplexidade frente aos avanços da secularização... Pesquisas de ordem sociológica, antropológica, cultural, religiosa coincidem na afirmação de que estamos diante de um processo de profundas mudanças na análise e compreensão dos valores.

Tal crise ou processo vai linearmente de encontro à vivência, ao Testemunho, às mudanças de comportamento ocasionando respostas que tanto podem levar ao empobrecimento e auto destruição da pessoa, como podem servir de trampolim para adequado crescimento humano e espiritual. Ficou a impressão para muitos de que a V.R. entrou em processo de decadência julgando que todos os valores do passado estão sendo negados e ne-

gada em consequência a possibilidade de qualquer novidade.

Há necessidade de verdadeira "inculturação" dos valores evangélicos para adequá-los a uma nova presença de Igreja no mundo.

Um terceiro nível diz respeito aos **processos estruturais de mudança** e exige igualmente retomada e redescoberta de formas novas de presença do religioso no mundo, que atingem as relações com os indivíduos, as estruturas das comunidades e as abordagens na formação. Nesses processos tiveram e têm função determinante as novas formas e conquistas dos meios de comunicação social e a consciência da universalidade ou "mundialidade" dos acontecimentos. Tudo se comunica rapidísimamente em nossa "aldeia global", sem esperar síntese ou análises demoradas. As mudanças se processam em ritmo geométrico e sem rodeios.

Também aqui ocorre a ambivalência: por um lado chega-se aos fatos de forma a compreender os povos, o desenvolvimento, a paz, os direitos humanos ou sua violação, os eventos eclesiais ou congregacionais quase que imediatamente; por outra, a mesma rapidez pode servir para fins de exploração, de dominação, de controle ou manipulações dos detentores das fontes de informação.

A V.R. já não convive com uma sociedade rural, parcial ou limitada mas sofre as influências de nova ordem econômica, jurídica, cultural internacional, perde privilégios e status, convive com análises

sociológicas da realidade que trazem questionamentos inusitados para os padrões do passado, percebe com clareza as relações e compromissos firmados com as classes dominantes, recebe o impacto da emergência das classes exploradas e sente-se evangelicamente confrontada com a radicalidade do modelo de vida do Senhor Jesus.

Nada do que afloramos nos três níveis ocorre mecanicamente, nada acontece por acaso. São processos orientados, guiados, quando não manipulados. Neste contexto a vida cristã e a V.R. não podem estar nem indiferentes, nem ausentes. Quando muda a realidade é suicídio desconhecer as mudanças ou simplesmente deixar a "banda passar". Todo o processo tem que ser animado e para isso impõe-se compreendê-lo com espírito crítico. Mudança do conceito da natureza e missão da VR deslocando uma visão da VR como "estado de perfeição" com os próprios organismos doutrinários e administrativos para uma VR certamente consciente da "fuga mundi", mas também ela, a exemplo da Igreja, "povo de Deus" — sacramento e sinal da íntima união com Deus (LG. 1). Uma VR que reconhece a dignidade de todos os membros da Igreja, como vocação a uma sempre maior perfeição.

O Concílio Vaticano II corta o clericalismo pela raiz: a hierarquia, os religiosos, os leigos, todos são povo de Deus, exercendo cada qual ministérios e serviços próprios do chamado. "Todos os cristãos de qualquer condição ou estado são

chamados pelo Senhor, cada um por seu caminho, à perfeição da santidade pela qual é perfeito o próprio Pai" (L.G. 31). A vocação religiosa nessa perspectiva é valorizada não mais por seu status, mas como resposta pessoal e comunitária a um chamado especial do Senhor: uma forma de ser cristão.

Nesse contexto como se posiciona o Irmão Leigo? Que valores tem que recuperar, resguardar ou renovar? Que estruturas se apresentam como mais adequadas?

B — Aproximação teológica

Uma análise ainda que superficial das respostas ao questionário, enviado pela CRB como elemento de reflexão preparatória ao Seminário, patenteia corrosivo desgaste da vocação do Irmão. Razões tais como o progressivo envelhecimento, os minguados ingressos, o desgaste funcional, a acomodação comunitária, a fossilização do carisma, o peso das obras, os governos repetitivos, o medo das experiências audazes, o envolvimento das obras com o sistema, o ostracismo pastoral e tantas outras razões urge um esforço no sentido de redescobrir, de rejuvenescer, de refundar a identidade da vocação laical na Igreja.

"A identidade do religioso laical se situa em sua própria natureza "laical" (V.R. nº 7 maio 87), e tem como regra suprema de vida o "seguimento de Jesus Cristo" (CDC 662), sem necessidade de outros apoios ou complementos. "A

vida religiosa laical, quer para homens, quer para mulheres, constitui em si um estado completo de prática dos conselhos evangélicos" (Pc 10). Aliás, "a vida religiosa nasceu com uma configuração tipicamente laical. Surgiu do desejo de alguns fiéis cristãos de conseguirem frutos mais abundantes da graça batismal e de se libertarem — mediante a profissão dos conselhos evangélicos (L.G. 44) — dos impedimentos que os poderiam afastar do fervor da caridade e da perfeição do culto divino" (J. Paulo II — 24.I.86. L'Osservatore Romano de 22.86).

Todos os cristãos são chamados à santidade e à perfeição da caridade. A afirmação minimiza a pretensão de quase monopólio espiritual por parte de quem se julgava no "estado de perfeição". O religioso essencialmente não é distinto dos demais cristãos. Pelo batismo somos todos chamados a viver o amor para com Deus e para com o próximo, sem restrições, cada qual de acordo com o próprio estado de vida (cf. I Cor 7,7).

Ao longo dos séculos, desde a primitiva comunidade cristã, sempre houve mulheres e homens que se propuseram o seguimento de Jesus como o absoluto da própria vida, dedicando-se incondicionalmente a causa do Reino de Deus.

Atualmente o CDC exige para a Vida Religiosa que se pronunciem votos públicos e que se viva em comunidade. Essa noção jurídica não é entretanto suficiente para caracterizar a **identidade** da Vida Religiosa, porque ao longo da histó-

ria as noções jurídicas têm mudado de definição. (cf. Carlos Palmés, Teologia Bautismal e V.R. Renovada-CLAR, 83).

O Vaticano II recorda e afirma que o verdadeiro sentido da VR, sua identidade, repousa na **consagração batismal**, própria de todo cristão:

“Recordem antes de tudo os membros de todo instituto que, pela profissão dos conselhos evangélicos... consagram toda a sua vida ao serviço de Deus, o que constitui certa **consagração especial**, que está intimamente radicada na consagração batismal e a exprime mais plenamente” (P.C. 5).

“Pelos votos, ou outros sagrados laços de natureza semelhante ao voto, o fiel se obriga aos três mencionados conselhos evangélicos. Entrega-se todo ele a Deus sumamente amado, de tal modo que por um **novo e peculiar título** é ordenado ao serviço de Deus e à Sua honra. Pelo batismo ele está morto para o pecado e consagrado a Deus. Mas para que possa colher frutos mais abundantes da **graça batismal**, procura pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja livrar-se dos impedimentos que o possam afastar do fervor da caridade e da perfeição do culto divino e consagrar-se mais intimamente ao serviço de Deus” (L.G. 44).

Por estas citações percebe-se que não há distinção essencial entre a consagração religiosa e a consagração batismal. Tanto o religioso quanto o leigo são igualmente cha-

mados à perfeição da caridade. O religioso ao optar pelo seguimento incondicional de Jesus Cristo e ao escolher particular estilo de vida quer ratificar, plenificar e radicalizar a consagração batismal.

A vocação do Irmão, expressão pura da vocação religiosa, por não ter vinculações com a dimensão hierárquica e por seu caráter laical, extrae o sentido profundo de sua consagração na graça batismal.

Não sendo parte da dimensão hierárquica da Igreja a vocação laical encontra no mundo seu lugar teológico e no seguimento de Jesus Cristo a razão de ser da sua consagração, de sua presença e serviço aos irmãos. O modelo de sua **missão** encontra-se no 1º discurso de Jesus a seus conterrâneos nazarenos e as Bem-aventuranças impregnam sua regra de vida.

“O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu; e enviou-me para anunciar a boa nova aos pobres, para sarar os contritos de coração, para anunciar aos cativos a redenção, aos cegos a restauração da vista, para por em liberdade os cativos, para publicar o ano da graça do Senhor” (Lc 4,18-19).

A vocação laical, a partir de sua missão, tem forte expressão profética na Igreja. É presença viva, identificada com o próprio tempo, junto das pessoas necessitadas, às quais leva a fé na palavra de Deus, a esperança na libertação de toda e qualquer escravidão e o gesto concreto da sua caridade, sobretudo aos mais necessitados.

Em decorrência da missão e da presença no mundo a vocação laical traz à Igreja uma contribuição original no campo da **espiritualidade**. “De fato, os fundadores e seus seguidores se esforçam por viver a formular uma espiritualidade correspondente à realidade concreta da existência vivida, isto é, uma espiritualidade monástica, espiritualidade apostólica, que é feita de fé: leva em consideração a ação de Deus, que opera no mundo; insiste sobre a necessidade da cooperação humana na realização do desígnio salvífico, portanto, convida o religioso a testar os recursos todos de sua perspicácia para intuir as necessidades dos homens, com a capacidade de sua imaginação para tentar transmitir-lhes respostas adequadas, com todas as raízes de seu coração para doar-se sem reserva, por amor, ao serviço dos pobres, com todos os talentos de seu espírito para prestar-lhes um serviço qualificado. Tal espiritualidade de ação percebe também a importância do elemento profano, já que os Irmãos nele estão empenhados... A busca do Deus vivo não se efetua na fuga do compromisso no mundo, mas nele encontra alimento. É uma espiritualidade que valoriza muitíssimo a dimensão comunitária da vida e do ministério (M. Sauvage — Dizionario degli Istituti di Perfezione — Ed. Paoline — IV Vol. — Fratello).

O ministério do Irmão se exerce na sociedade como serviço profissional, como solidariedade e comunhão. Está presente no mundo do trabalho e assume historicamente alguns encargos profissionais que

prestam serviço qualificado à sociedade ao mesmo tempo em que abrem e garantem espaços de presença de Igreja em áreas prioritárias, especialmente na educação, na saúde e no campo missionário. “Desejo também exprimir a minha gratidão, juntamente com a de todo o Povo de Deus, pelo trabalho dos Irmãos nestes setores do apostolado tão radicados na tradição da Igreja e para os quais o Espírito suscitou particulares carismas sempre atuais. Refiro-me à educação da juventude, à assistência aos doentes e à múltipla presença missionária. Carismas e serviço insubstituíveis ainda hoje para uma eficaz presença do Evangelho e testemunho incisivo do espírito das Bem-aventuranças” (João Paulo II, in OSS. Romano, 2.2.86). A vida religiosa laical contém em si um elemento de inserção no mundo do trabalho, na construção da cidade terrestre, no profano, profundamente radicado na própria vocação laical desses religiosos.

Lá onde se encontra, seja qual for a mediação de sua missão apostólica o Irmão exerce sua profissão plenamente ligado à vida da cidade dos homens e transforma todo seu viver e labor diários em expressões de sua vida consagrada. Pelo fato, o trabalho, a profissão, a tarefa diária não são algo atávico e secundário, mas são a expressão da vida religiosa em sua totalidade. Toda sua pessoa seu ser e agir se transformam em holocausto agradável ao Senhor, iluminando o todo da existência. As exigências da fé são expressas por sinais e atitudes exteriores que incluem com-

petência profissional e dedicação plena. No mundo competitivo e cada dia mais exigente em termos de preparo e concorrência o religioso leigo demonstra que o Reino de Deus não se constrói a partir da ambigüidade dos valores mundanos, mas atesta a presença do transcendente e compromisso com o Deus da história.

1 — A secularização é um processo “ambivalente” que continua presente na sociedade e na elabora-

ção da V.R. renovada. Indique sinais positivos e seqüelas negativas desse processo.

2 — As estruturas, as formas de presença da VR no mundo encontram apoio e legitimação também na realidade. Se muda a realidade como ficam as estruturas? Haveria algo a mudar?

3 — Que eixos teológicos devem estar presentes para uma adequada renovação da VR e para a compreensão da vocação do Irmão?

BIBLIOGRAFIA

(1) Jaume Pujol Bardolet — El futuro de la Vida Religiosa Laical — in Vida Religiosa — Boletín Informativo — nº 7, p. 195ss nº 8, p. 232ss. (2) Bartolomeo Jorge — Il Laicato prima e dopo il Concilio — in USG XXXIV Incontro a Villa Cavalletti — p. 99-112. (3) J. M. R. Tillard — Vingt ans de grace ou de Disgrace — Vie Consacree, 1986. nº 6, p. 323ss (4) José Pablo Basterrechea — La Vita Religiosa Laicale — in SCRIS — 1985, p. 233ss. (5) Fabio Ciardi —

Teologia del Carisma degli Istituti — in Vita Consacrata, dicembre 1986, p. 845ss. (6) João Paulo II — Aos participantes da Plenária da CRIS sobre o Irmão Leigo — in L'Osservatore Romano, 22,86 p. 11. (7) Henrique Cristiano José Matos — O Religioso Leigo na Igreja e no Mundo — in Convergência, jul/ago — 1987, p. 335ss. (8) Carlos Palmés — Teologia Bautismal e Vida Religiosa Renovada — CLAR, 83. (9) Michel Sauvage — Identidade da V. R. Laical — Texto datilografado — Doc. 87/042, CRB-SP.

Por que se deve rezar pelas vocações?

Você conhece as razões melhor do que eu. Indico, aqui, três razões que considero fundamentais. *Primeira:* o ensino e o exemplo de Jesus. “A colheita é grande mas os operários são poucos. Pedi, pois, ao Senhor da colheita que envie operários para a sua colheita”, Lc 10, 2; Mt 9, 38. “Jesus foi à montanha para orar e passar a noite inteira em oração a Deus. Depois que amanheceu, chamou os discípulos e dentre eles escolheu doze”, Lc 6, 12. *Segunda:* a natureza da vocação, realidade misteriosa e transcendente, cuja fonte é o mesmo Deus. *Terceira:* o papel da oração como eficaz colaboração no plano salvífico de Deus. Sem oração específica, habitual, insistente, confiante, não pode existir verdadeira pastoral vocacional (Pe. Marcos de Lima, SDB).

VISÃO ECLESIOLOGICA DO SÍNODO

A Igreja, sendo mistério, não pode ser definida cabalmente por palavras humanas.

Pe. Cleto Caliman, SDB
Brasília, DF

O tema central do Sínodo dos bispos de 1987 foi evidentemente "A Vocação e missão dos Leigos na Igreja e no Mundo". Mas o pano de fundo dos debates na assembléia sinodal foi a eclesiologia. Ou seja: buscou-se uma visão de Igreja que, sendo fiel ao Vaticano II, pudesse dar conta das experiências de Igreja realizadas nessas duas décadas de caminhada desde o Concílio em contextos culturais e sócio-políticos muito diferentes.

A essa visão de Igreja fiel ao Concílio o Sínodo chamou explicitamente de eclesiologia de comunhão. Uma visão global e abrangente de Igreja sobre a qual nos propomos refletir neste capítulo:

- 1/ A reflexão eclesiológica no pós-concílio
- 2/ A busca de uma eclesiologia integral
- 3/ A Igreja, mistério de comunhão
- 4/ A Igreja, Povo de Deus, sujeito histórico da comunhão
- 5/ Uma Igreja em missão
- 6/ Olhando para o futuro

Evidentemente não podemos, no âmbito desse pequeno texto, tratar

de todos os pontos em que a eclesiologia do Sínodo se manifestou. Aqui falamos apenas do que nos pareceu ser o eixo central não apenas do que ficou para o documento final a ser apresentado ao Papa, mas do conjunto das manifestações da assembléia, principalmente a partir do terceiro mundo.

1 — A reflexão eclesiológica pós-conciliar

O Concílio Vaticano II havia dedicado aos leigos um capítulo inteiro de um de seus documentos principais, a Constituição Dogmática "Lumen Gentium", onde procura descrever sua identidade e seu lugar nas estruturas eclesiais (1). O outro documento sobre o Apostolado dos Leigos, define sua "responsabilidade, específica e absolutamente necessária, na missão da Igreja" (2).

O Vaticano II havia partido da preocupação pastoral do Papa João XXIII. Ele queria superar uma visão estática e fechada de Igreja, voltada sobre si mesma, e abri-la aos novos tempos, situando-a dentro do mundo de hoje. Isso se re-

vela na Constituição pastoral "Gaudium et Spes", um dos pilares do Vaticano II. O Concílio procura mostrar nesse documento a orientação para o mundo que a Igreja devia desde então desenvolver. Noutras palavras, o Concílio quis dizer que não tem sentido uma Igreja voltada sobre si mesma. Ela só se justifica como Igreja em missão no mundo a ser salvo.

Mas o Concílio não tinha a intenção de dar resposta cabal a todas as questões eclesiológicas. Isso ficou demonstrado nas discussões que se sucederam, na tentativa de uma interpretação coerente da doutrina conciliar.

O Concílio havia privilegiado como chave de leitura da eclesiologia a categoria "Povo de Deus", justamente por ser esta maneira de abordar a Igreja que mais parecia aproximá-la da realidade histórica. Todavia, à medida em que as tensões dentro da Igreja evoluem, também se sucedem as chaves de leitura. Ora a Igreja foi explicada como "sacramento", ora como "comunhão", ora como "mistério". Essas categorias foram todas utilizadas pelo Concílio. Na busca da chave de leitura da Igreja, como um todo situado diante de Deus e diante do mundo, em tensão missionária permanente, a reflexão posterior se revelou ao mesmo tempo "desordenada e fragmentária" (3).

Os 20 anos do término do Concílio já foram solenemente celebrados ainda no Sínodo Extraordinário de 85, convocado por João Paulo

II com o objetivo explícito de celebrar, verificar sua aplicação na etapa pós-conciliar e promover seu conhecimento, dando continuidade à sua aplicação (4). Neste Sínodo julgou-se oportuno retomar a doutrina eclesiológica do Vaticano II, acentuando a Igreja como mistério (5).

Olhando superficialmente poder-se-ia pensar que esse Sínodo deixava no esquecimento justamente o Povo de Deus como explicação central da eclesiologia conciliar. Mas não é bem assim. A categoria "mistério" na tradição doutrinal da Igreja vem denotar justamente a relação fundante da Igreja enquanto ela tem sua origem no grande mistério da vontade salvífica de Deus revelado em Jesus Cristo. Trata-se do próprio princípio de inteligibilidade da Igreja. Sem essa referência radical a Deus a Igreja não passa de uma realidade meramente humana. O Sínodo de 85 quis lembrar isso.

Mas com isso ainda não se disse tudo. A Igreja, sendo mistério, não pode ser definida cabalmente por palavras humanas, por meros conceitos. Esses são instrumentos de aproximação de uma realidade muito mais rica e profunda, vivida na experiência da fé nas mais diferentes situações.

Já no Sínodo de 87 podia-se perceber novas tonalidades senão divergentes, ao menos, diversas no modo como pensar a Igreja e, conseqüentemente, o papel do leigo dentro dela. De fato, nele eram visíveis certas diferenças de acentua-

ção. Umas mais voltadas para a dimensão misteriosa e transcendente, outras mais voltadas para a dimensão histórica e "secular" da Igreja. Diante disso, o Sínodo se encaminhou preferentemente na direção de uma eclesiologia de comunhão, categoria mais próxima da realidade da Comunidade concreta, ligada à celebração da vida e da eucaristia na Igreja particular. Ao lado dessa categoria, às vezes nem sempre bem articulada, vinha a do povo de Deus, como sujeito histórico dessa comunhão.

Essa diferença de acentuação do Concílio para cá certamente se deve a que, depois de duas décadas, alguma coisa mudou no contexto cultural e sócio-político. A própria experiência da Igreja no contexto do mundo capitalista ocidental, no espaço socialista e no terceiro mundo se aprofundou e adquiriu feições diferentes. Essas transformações definem também os pontos de vista a partir dos quais o próprio Concílio e sua eclesiologia vão ser lidos.

Na Igreja cresceu a consciência quer de sua realidade "universal" quer de sua realidade local. De fato, no Concílio o pressuposto da leitura era praticamente a visão de um centro culturalmente bem definido, a partir da experiência das Igrejas mais antigas, principalmente da Europa. Na prática tratava-se de uma visão monocultural. Desde essa experiência bimilenar se estendia o olhar para a periferia da Igreja. De lá para cá, porém, observa-se um fenômeno novo e promissor, qual seja a emergência das Igrejas

do terceiro mundo. Sob o impulso do Concílio, de sua doutrina sobre a colegialidade episcopal e sobre a Igreja particular, elas desenvolveram uma fisionomia própria, tomaram consciência das condições concretas de vida do próprio povo, de sua cultura, de suas necessidades básicas e, sobretudo, do dinamismo de suas maiorias pobres.

Na realidade, o que se nota é que, seguindo as tendências do processo histórico, de um mundo não mais culturalmente monocêntrico, mas policêntrico, cresce também nas Igrejas particulares a consciência de sua identidade específica. Desperta uma nova consciência de ser Igreja a partir da realidade das Igrejas particulares. A leitura da própria doutrina conciliar sobre a Igreja se faz de diferentes lugares. Esse dado novo provoca reações por vezes diferentes: temores para alguns, esperanças para outros.

Também mudou o clima de otimismo do tempo do Concílio. Já observava o documento final do Sínodo de 85 que "os sinais dos nossos tempos já não coincidem, em alguns pontos, com os do tempo do Concílio" (6). Por outro lado, notava "sinais de retorno ao sagrado", ou seja, novas formas de sagrado surgem como expressão do homem de hoje. Mas além desses fenômenos seria justo acrescentar que aumentou a distância entre ricos e pobres. Essa nova situação se revela na consciência da necessidade urgente de transformações radicais na sociedade. A emergência dos pobres no terceiro mundo afeta profundamente a fisionomia da Igreja.

Diante desses e outros problemas a Igreja se depara com algumas questões fundamentais: como assegurar, por um lado, a diversidade de experiências e de identidades das Igrejas particulares e, por outro, a unidade na comunhão da Igreja universal? Como assegurar a unidade sem comprometer a originalidade das Igrejas particulares? São essas questões que se colocam principalmente na discussão acalorada sobre os novos movimentos na Igreja hoje (7).

Essa problemática da diversidade de situações dentro das quais as Igrejas particulares se realizam, grupos de cristãos se organizam e articulam sua fé dentro do mundo de hoje que traz consigo uma crescente preocupação pela unidade. Neste sentido o Sínodo de 87 entendeu dar a sua contribuição refletindo sobre a vocação e a missão do leigo tendo como marco referencial não uma eclesiologia parcial, mas uma eclesiologia "integral", centrada na comunhão.

2 — A busca de uma eclesiologia integral

Eclesiologia integral significa, antes de mais nada, falar da Igreja como um todo, dentro da qual todos os batizados se encontram lado a lado. Significa partir da totalidade da Igreja, expressando o que a todos anima e une, antes de falar, num segundo momento, daquilo que distingue e qualifica as diferentes maneiras de ser cristão, os vários ministérios e carismas, com os quais o Espírito Santo orna a Igreja no seu conjunto.

Essa foi a preocupação constante do Sínodo, que se manifesta, por exemplo, no modo de definir o leigo na Igreja, não simplesmente em contraposição ao clérigo, mas a partir da consagração batismal e de sua inserção no mistério e na missão de Jesus Cristo.

Uma eclesiologia integral exige uma correta articulação entre Igreja, Mundo e Reino. Evidentemente, no Sínodo não houve a preocupação explícita de elaborar sistematicamente uma eclesiologia integral. O importante é que os elementos que a constituem aparecem na forma como algumas questões são enfocadas. Como entra o mundo, a realidade, seus problemas como o mundo do trabalho, a economia, a política, os direitos humanos, a justiça social e assim por diante, na própria compreensão da Igreja? Como são compreendidas e expressadas as relações internas na Igreja entre os vários grupos de Cristãos, a começar dos bispos, passando por padres, religiosos, movimentos, CEBs etc.? Como é entendida a responsabilidade da missão da Igreja no mundo? Como se compreende a participação nessa missão?

Um primeiro ponto onde se revela a marca da eclesiologia do Concílio é a correta articulação entre Igreja-mundo. Como pensar a Igreja dentro do mundo de hoje (a tão citada *Gaudium et Spes* se intitula justamente Constituição Pastoral sobre "A Igreja no mundo de hoje"), mantendo quer a tensão quer a distinção necessária entre ambos, sem separar a Igreja num

mandado a parte, fora do espaço real da história, sem incorrer num espiritualismo descomprometido com a história? Por outro lado, não se pode reduzir a Igreja "a formas de associação humana ou a experiências de igualdade sócio-política" (8). Na prática, trata-se de ver como falar da Igreja e do mundo no horizonte do Reino de Deus. O Concílio havia sugerido uma eclesiologia do povo de Deus para melhor pensar sua realidade histórica e sua ligação com o mundo. Ele pensou a Igreja dentro do mundo, como povo de Deus, sinal e instrumento da plena comunhão do homem com Deus e dos homens entre si (9).

Um segundo ponto revelador de uma visão eclesiológica diz respeito à relação entre clero e laicato, noutros termos, entre a hierarquia e os fiéis. Uma visão clerical da Igreja faz dos fiéis cristãos de segunda classe, meros destinatários da ação pastoral da hierarquia (bispos, padres, religiosos incluídos). Mas o outro lado também corre o risco de não distinguir onde objetivamente os ministérios, dons e carismas são diversos. Aqui entra, sem dúvida outro conceito chave da eclesiologia conciliar, a comunhão. Uma eclesiologia de comunhão, sem dúvida, manifesta-se instrumento adequado à medida em que ajuda a pensar a diversidade de ministérios e carismas, de experiências e contextos culturais, na unidade de uma única Igreja de Cristo e de uma única missão de todo o povo de Deus dentro da realidade em que se encontra.

Um terceiro ponto onde se verifica a autenticidade da eclesiologia à luz do Concílio é, fora de qualquer dúvida, a questão da missão, a própria razão de ser da Igreja. Nesse ponto pode-se cair no perigo de pensar a missão da Igreja num plano religioso individual, que perde de vista a dimensão global do homem, a ser pensado tanto a nível pessoal como social. Mais do que isso. O desafio da igreja hoje é pensar a missão do lugar social do pobre, na periferia do mundo. Em vista dessa nova realidade o Sínodo retoma o dinamismo missionário do Concílio e convoca a todos, de modo especial os leigos, para superar uma visão de Igreja voltada sobre si mesma. Exorta a assumir a tensão missionária que deve ser a marca da comunidade cristã no seguimento de Jesus Cristo.

3 — Uma Eclesiologia de comunhão

No Sínodo houve um esforço de colocar a eclesiologia de comunhão "como base de toda a reflexão sobre a Igreja novo Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito" (I,1). O título da 1ª parte da Relação-síntese do Cardeal Thiandoum, relator do Sínodo, "Chamados por Deus à comunhão com ele e à missão para a salvação do mundo", já oferece a indicação da própria orientação da reflexão sinodal.

Essa comunhão, de fato, tem duas dimensões que lhe são essen-

ciais. Uma primeira refere-se à relação de origem da Igreja. Sua raiz profunda está no mistério de Deus uno e trino, em seu desígnio salvífico e universal (10). A Trindade é a fonte da vida e da santidade da Igreja. Pela missão do Filho, o Verbo encarnado, Deus convoca um povo novo para si, mediante a incorporação, pelo batismo. Por isso "não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus" (11).

Essa realidade profunda que constitui a dignidade fundamental do cristão precede qualquer distinção de vocações, dons, tarefas, ministérios ou condição de vida. Não se deve pensar, além do mais, que essa diversidade possa atrapalhar a unidade. De fato, tanto a diversidade quanto a unidade na Igreja têm a mesma origem, no dinamismo do Espírito. Portanto, essa unidade da Igreja vive e é alimentada por essa diversidade na força do Espírito (12).

Uma segunda dimensão dessa comunhão, tão fundamental à Igreja quanto a primeira, pois provém do mesmo dinamismo do Espírito, consiste no fato que ela é vivida não num espaço puramente subjetivo, intimista e privatizante, mas numa forma pública, comprometida historicamente. Ela se vive na forma de comunhão de discípulos de Jesus Cristo, enviados ao mundo a ser salvo. Não é uma comunhão abstrata, que serve a todos os gostos, mas inserida no mundo, na história, no contexto da realidade conflitiva, pecaminosa quer do ponto

de vista pessoal quer social. Neste sentido, deve ser vivida profeticamente como denúncia de um mundo que nega a comunhão e como anúncio de uma comunhão plena a que todos são chamados a viver a começar da história, em busca do Reino definitivo.

Por conseguinte essa comunhão deve ser vivida como "comunhão dos santos". Trata-se da comunhão dos bens salvíficos que deve existir entre aqueles que foram santificados pelo Batismo. Ela exige aquela circulação profunda da graça libertadora no coração dos fiéis não apenas para o gozo próprio, mas sobretudo para a vida do mundo.

Trata-se, pois, de uma comunhão missionária dos discípulos de Jesus. Ela exige uma prática histórica concreta de uma comunhão vivida e celebrada.

Para o cristão a fé é vivida normalmente na diversidade das tarefas, dos compromissos e dos trabalhos de cada um conforme a realidade na qual está inserido. Essa Igreja "dispersa" deve viver a comunhão em primeiro lugar como participação à vida da comunidade eclesial, sinal da participação no mistério de Cristo; em segundo lugar, como participação na sociedade humana, na história, para denunciar as contradições ao projeto de Deus, pelo empenho no mundo do trabalho, na família, na economia, na política, na cultura, de forma a contribuir na transformação do mundo.

A essa comunhão vivida corresponde sem dúvida à comunhão ce-

lebrada pela comunidade convocada pela Palavra de Deus e reunida em seu nome. Aqui se revela, de fato, a dimensão histórica que essa comunhão deve adquirir. Uma eclesiologia de comunhão baseia-se no tripé: na eucaristia, na Igreja particular e na inserção dentro da realidade do mundo para transformá-lo em instrumento de uma comunhão universal.

4 — O povo de Deus como sujeito da comunhão

O Concílio havia privilegiado a categoria de Povo de Deus justamente para dizer que o mistério da Igreja se faz visível, palpável e historicamente definível como uma realidade social. Desta forma, a realidade do mundo poderia ser mais facilmente acolhida como um dado da própria autocompreensão da Igreja. Concretamente, através dessa categoria, o Concílio reconhece a plena historicidade da Igreja, sua dimensão secular, como realidade dentro do mundo, e ao mesmo tempo faz ver que ela não é deste mundo, porque é um povo que se compreende a partir de Deus (13).

Durante o Sínodo pode-se perceber a constante preocupação de muitos Padres sinodais, principalmente do terceiro mundo, de não deixar à margem essa categoria, mas de recuperá-la dentro de uma articulação com uma eclesiologia de comunhão, que certas tendências internas tentavam interpretar mais numa linha intraeclesial.

Um Sínodo sobre leigos não poderia deixar de falar do mundo

dentro do qual eles vivem e articulam sua vida. A categoria povo de Deus vem justamente preencher essa função de aproximar a linguagem sobre a Igreja com a realidade conflitiva na qual o cristão leigo vive e para a qual a categoria comunhão dificilmente se prestaria.

A eclesiologia do povo de Deus nos ajuda a compreender que o mundo faz parte da própria definição da Igreja. Ela mesma é mundo já salvo pelo sangue de Cristo. Por isso mesmo é constituída como Sacramento, ou seja, "sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano", como afirma o próprio Concílio (13). Portanto, essa eclesiologia expressa a plena inserção da Igreja na história, no interior do próprio tecido humano que a configura.

Além disso, a categoria povo de Deus expressa melhor o dinamismo comunitário e social, que deve animar a Igreja inserida dentro do mundo.

O mundo dentro do qual a Igreja e conseqüentemente o cristão estão inseridos não é ainda o mundo organizado segundo Deus. É ainda um mundo a ser salvo, resgatado do pecado pessoal e social. O povo de Deus dentro dele é como o "fermento" de uma nova ordem instaurada segundo o Reino, ele é chamado a ser a semente de uma comunhão mais profunda entre os homens e dos homens com Deus, onde todos os homens possam solidária e fraternalmente participar na construção de uma nova sociedade.

Para ser essa força transformadora dentro do mundo a ser salvo o cristão, por força do batismo e pela inserção no mistério de Cristo, participa de seu sacerdócio para fazer frente à força desagregadora do pecado pessoal e social e transformar a realidade, a vida, e apresentar a própria existência cristã e o compromisso com a transformação do mundo em oferta agradável a Deus.

Assim os discípulos de Cristo, profundamente unidos a ele e consagrados para a missão no mundo, pelo sacerdócio comum de todos os fiéis, são chamados à santidade. Essa santidade, como acentuaram alguns Bispos no Sínodo (15), tem algumas dimensões que devem ser ressaltadas.

Por ser uma santidade vivida na comunidade dos discípulos de Jesus Cristo, no seu seguimento, ela é profundamente eclesial. Por ser uma santidade vivida no contexto da sociedade, inserida no mundo conflitivo, ela tem uma dimensão sócio-política, visa oferecer um testemunho público da fé na cidade humana. Por ser uma santidade vivida num mundo injusto e desigual, marcado pela opressão, exige uma evangélica opção preferencial pelos pobres e uma "nobre luta pela justiça social". Ela se realiza no contexto de um profundo sentido da missão evangelizadora da Igreja. Por tudo isso, ela é uma santidade impregnada de oração, como expressão de que a fé perpassa toda a vida do cristão, transformando seu compromisso solidário com o outro em oferenda a Deus, pres-

suposto de qualquer celebração da fé cristã.

Hoje essa santidade da Igreja, povo de Deus peregrino, é vida em contextos os mais diversificados, principalmente nos assim chamados segundo e terceiro mundo, onde o horizonte de um testemunho cristão profético tem um preço a ser pago até com o derramamento do próprio sangue, com o martírio. A voz dos pobres neste sínodo fez-se ouvir, ainda que de uma forma um tanto tímida, ao menos para dar um colorido diferente ao discurso que se vinha fazendo sobre o laicato. No mais das vezes vinha à tona o modelo do leigo ilustrado, moderno e eficiente. Todavia, as Igrejas do terceiro mundo tinham uma experiência recente de um "laicato de pobres", militante e consciente de ser sujeito da fé eclesial e "agente privilegiado do Senhor na proclamação do Evangelho" (16).

Seria coerente com a contribuição de um grande número de membros do Sínodo do terceiro mundo articular justamente essa questão: qual é a interpelação que a maioria pobre na Igreja está hoje fazendo à minoria do mundo abastado? Neste mundo dos pobres qual deve ser o lugar da Igreja, povo de Deus?

Não é difícil verificar, nem para isso precisamos de muitas estatísticas, que somos uma Igreja dentro de um mundo dividido entre ricos e pobres. Mais: como cristãos dentro desse mundo também nós estamos divididos. Somos Igreja no mundo dos ricos e somos igualmen-

te Igreja no mundo dos pobres. Nessa situação, os pobres não apenas interpelam o mundo dos ricos, mas também desafiam a Igreja a encontrar novos caminhos para a sua missão no mundo de hoje. De fato, a Igreja deve proclamar o Evangelho como mensagem de esperança, de vida, de justiça e de paz. Para ser fiel a essa missão, como povo de Deus peregrino, ela deve tomar decididamente partido ao lado do pobre, abrir-se a ele como caminho de despojamento de si mesma até à cruz e, desta forma, transformar-se no lugar dos pobres, Igreja dos pobres, onde eles possam encontrar sua plena dignidade de filhos de Deus, irmãos de todos e destinatários privilegiados da boa-nova do Reino.

Esses mesmos pobres, como Igreja, estão fazendo hoje em países da periferia uma profunda experiência espiritual de fé num contexto altamente conflitivo. Na fidelidade a Cristo e à Igreja, eles lutam tanto pela sua sobrevivência quanto pela sua identidade cultural, à luz da Palavra de Deus, provocados pela dura realidade, fazem uma profunda ligação entre fé e vida. Assim cresce neles cada dia a consciência de serem povo de Deus em busca do Reino definitivo. Atualmente as comunidades pobres anseiam por serem reconhecidas como comunidades eclesiais de pleno direito no conjunto da Igreja. Anseiam por serem reconhecidos como sujeitos plenos da fé na Igreja e na sociedade.

Mas não é fácil em nosso mundo reconhecer o pobre como sujeito

da sua história, em sua dignidade inalienável. Contudo, a fé cristã vivida em Igreja exige isso: reconhecer o pobre como sujeito eclesial da fé; conseqüentemente assumir sua cultura, suas práticas eclesiais e sociais como expressões evangelicamente legítimas. No final parece que ficou uma interpelação que se podia ler nas entrelinhas do Sínodo: como deve ser a Igreja para que seja realmente a Igreja dos pobres?

5 — Povo de Deus em missão

O Sínodo tem um objetivo imediato que é oferecer ao papa em algumas proposições, sugestões para o governo da Igreja. Mas não se resumiu a isso. Os bispos vieram de realidades diferentes, de contextos culturais os mais variados, trouxeram consigo os grandes desafios de suas Igrejas. Sobretudo revelaram sua grande preocupação com a missão específica da Igreja dentro do mundo: a proclamação do Evangelho a toda criatura. Trata-se, pois, de desenvolver uma eclesiologia de "comunhão missionária" (17).

Dirigindo-se aos leigos, eles quiseram lembrar que a responsabilidade da missão da Igreja não pertence a um grupo, seja a hierarquia, seja os religiosos, seja o laicato organizado. Essa responsabilidade está ligada ao batismo, pelo qual todos os cristãos, em qualquer lugar e em qualquer situação, são consagrados como testemunhos do Senhor morto e ressuscitado para a vida do mundo.

Uma eclesiologia integral, tal como o Sínodo procurou desenvolver, baseada justamente nessa inserção radical de todo o cristão, a começar pelo cristão por assim dizer "comum", devolve essa responsabilidade ao povo de Deus, sujeito da comunhão e da missão. Coloca também dentro da perspectiva correta o papel dos ministérios, de modo especial, do ministério ordenado; em relação ao conjunto do povo de Deus que vive em comunidades, ou se organiza em grupos e movimentos. Esse ministério ordenado está a serviço de todo o povo de Deus, para que ele realize sua vocação e sua missão no mundo como oferta agradável a Deus. Ele está a serviço deste povo de Deus para que ele possa animar as realidades humanas desde dentro e ordená-las segundo Deus (18).

Todos os batizados recebemos, pois, o mandato de Jesus, de pregar o Evangelho a toda criatura. A missão é, portanto, única e indivisível. Não dá para dizer que ao clero pertence a missão de pregar e aos demais fiéis cabe ouvir. Nada mais contrário ao mandato de Jesus.

Sendo única e indivisível, no entanto, a missão se realiza nas muitas missões dentro do Povo de Deus. Assim como a única vocação divina de todo o povo de Deus se realiza na multiplicidade de vocações dentro do mesmo povo, do mesmo modo pode-se dizer da missão. Ela se desenvolve dentro da diversidade de ministérios e carismas produzida pelo próprio Espírito de Jesus Cristo.

Nessa perspectiva ampla, seguindo a orientação do próprio Concílio (cf. LG 12), o Sínodo refletiu sobre o surgimento, na Igreja, de novas experiências eclesiais, como CEBs e outras, e de novas associações de cristãos. Esse florescer revela a multiplicidade de dons e carismas com os quais o Espírito enriquece a Igreja. Na verdade, em todos os tempos surgiram experiências novas, movimentos e iniciativas como forma de viver a fé. Tais experiências e organizações de grupos dentro da Igreja sempre causaram certo impacto e provocaram tensões.

No último Sínodo não foi diferente. Essa tensão apareceu quer quando se falou das experiências de base, como a das CEBs e semelhantes, quer quando se falou de organizações ou movimentos dentro da Igreja. Em si mesma tal tensão é positiva. Revela o dinamismo do Espírito que sopra onde quer. O Sínodo, para evitar desvios, lembrou alguns critérios para que possam contribuir à edificação de todo o povo de Deus, como a atenção à realidade da Igreja local, de suas orientações pastorais e de suas tradições.

Do ponto de vista das Igrejas do terceiro mundo seria importante perceber o motivo da preocupação. Movimentos internacionais fortes e bem articulados, podem sentir-se autônomos em relação às Igrejas locais e às suas débeis estruturas eclesiais. Na fase atual, uma tal atitude poderia enfraquecer em vez de reforçar as experiências emergentes ora em curso nas novas Igrejas do terceiro mundo. O risco seria justa-

mente substituir o dinamismo local por formas importadas de vivência eclesial, enfraquecendo a identidade religioso-cultural dessas Igrejas locais. Se os carismas são complementares, como lembrou o Sínodo, as organizações de cristãos, os movimentos, dentro da Igreja podem e devem colocar seus carismas e dinamismo a serviço do projeto de Igreja onde se inserem. Poderão desta forma contribuir positivamente para reforçar as experiências que acontecem na base e abri-las a uma comunhão mais profunda com as outras Igrejas particulares do mundo inteiro.

6 — Olhando para o futuro

Como mais um marco na estrada do período pós-conciliar, o Sínodo de 87 não tinha os olhos apenas voltados para o passado, como que para fixar uma "autêntica" interpretação do Concílio sobre o papel do cristão no mundo. Seu horizonte está no futuro. Como pregar o Evangelho de Jesus Cristo na diversidade de contextos culturais e sócio-políticos que caracterizam o mundo de hoje?

Para fazer frente a esse desafio certamente não é suficiente um Sínodo. Será preciso não só confirmar experiências passadas mas também fazer novas experiências que sejam capazes de expressar a comunhão eclesial, e tenham dinamismo missionário dentro dessa pluralidade de contextos culturais e sócio-políticos. O Sínodo reconhece, antes de mais nada, a necessidade de pôr em prática aquelas estruturas de participação já previstas na nova ordenação canônica da Igreja de 1983 e de desenvolver novas formas de participação adequadas ao homem de hoje.

Enfim, também o Sínodo tem suas limitações. Não tinha a pretensão de dizer tudo e de fato não disse. Um olhar para o futuro talvez nos mostre que a Igreja de ora em diante vai ser cada vez mais Igreja em países do terceiro mundo: América Latina, África e Ásia, ou seja, o mundo dos pobres. O grande desafio para a Igreja vai ser como transformar-se no lugar onde os pobres possam expressar sua fé e suas esperanças. Então é que a eclesiologia de comunhão passará à prova dos fatos.

NOTAS

(1) Lumen Gentium IV. (2) Cf. Apostolicam Actuositatem, 1. (3) Cf. Colombo G. Il "popolo di Dio" e il "mistero" della Chiesa nell'eclesiologia post-conciliare. Teologia, 1985/2, p. 135. Cf. Calliman C. Eclesiologia(s) e identidade católica. Cadernos do Iser 26/87, 4-10. (4) Cf. Relatio Finalis, I, 2. (5) Cf. Relatio Finalis, II, A. (6) Cf. Relatio Finalis, II, 1. (7) Cf. A contribuição de D. Aloísio Lorscheider sobre as Associações de

Leigos e os Movimentos. (8) Relação-síntese das contribuições dos padres sinodais, I. (9) Cf. LG 1. (10) Cf. LG 1. (11) Gal 3,28. (12) Cf. LG 12; 1 Cor 12-14. (13) Cf. LG 9. (14) Cf. LG 1. (15) Cf. D. Marcelo Carvalheira, sobre a santidade dos fiéis leigos nos dias de hoje. (16) Cf. D. Celso Pinto, Os pobres como evangelizadores. (17) Cf. D. Luciano Mendes de Almeida, sobre a comunhão e a participação no Povo de Deus. (18) Cf. LG 31. □

A ESCRAVIDÃO QUE FEZ E EXPLICA O BRASIL

Nem uma palha se movia neste país, nas fazendas, cidades, portos, rios e estradas; nas casas, igrejas e conventos, sem o braço, as mãos e os pés dos escravos.

Pe. José Oscar Beozzo

“Sem negros, não há Pernambuco, e sem Angola, não há negros.”

(Carta de Pe. Antônio Vieira, 1648).

Introdução

Pernambuco era, no século XVII, a capitania mais rica da colônia, pelos seus numerosos engenhos de açúcar, tocados por extensa escravidão. A frase de Vieira pode ser completada e generalizada pela de outro jesuíta que escreve ao rei de Portugal, dizendo: “Sem Angola, não há Brasil”, isto é, sem os carregamentos de escravos que chegavam continuamente de Angola, o Brasil deixaria de existir. Qual Brasil deixaria de existir? Justamente o Brasil, ao mesmo tempo *colonial e escravista*, produzindo ricas rendas para seus senhores aqui e, para o rei, lá em Portugal, às custas do trabalho dos escravos.

(In VIDA PASTORAL, nº 138, janeiro-fevereiro de 1988, p. 2-14 — Edições Paulinas, SÃO PAULO.)

Mudaram-se as metrópoles e também os esquemas de exploração do trabalho, mas não mudou muito a substância das coisas. Continuamos dependentes, antes de ontem de Portugal, ontem da Inglaterra, hoje dos Estados Unidos e dos países do capitalismo central. Açúcar, ouro e café materializavam o tributo pago às metrópoles e a transferência de renda da periferia para o centro. Hoje o tributo se paga com minérios exportados abaixo do preço de extração, açúcar, calçados ou carros, vendidos muitas vezes abaixo do custo de produção e, sobretudo, com o mecanismo da dívida externa, a forma moderna e invisível de transferência de renda. A simples subida de 1 ponto percentual na taxa de juros interbancária de Nova Iorque ou de Londres pode acrescentar um bilhão de dólares à dívida externa brasileira, sem que nenhum tostão desse dinheiro tenha entrado no país. A dívida é fabricada unilateralmente e compulsoriamente, sem que o pretense endividado possa protestar. Assim se fazia com os quintos de ouro e as “derramas” decretadas em Minas Gerais, no

século XVIII, para se aumentar a arrecadação dos tributos reais.

Para se extrair do trabalhador o seu suor e roubar-lhe o fruto do seu trabalho, usou-se no passado a escravidão, depois o colonato, o bóia-fria e sobretudo o salário mínimo, que é cada vez menos salário e cada vez mais mínimo. Hoje no Brasil a população economicamente ativa que ganha menos de meio salário mínimo e de meio a um salário, alcança um terço do total. Se ao somarmos aos que estão sem rendimentos, por desemprego ou por outras razões, alcançamos 42% dos trabalhadores: temos aí a grande massa dos que são ao mesmo tempo trabalhadores e

párias, pois não recebem, pelo trabalho, remuneração que lhes permita, ao menos, sobreviver.

1. Situação da trabalhadora e do trabalhador negro

Se não olharmos apenas para a situação do trabalhador em geral, mas nos detivermos um momento diante da situação do trabalhador negro e, ainda mais, da mulher negra, vamos ter uma segunda surpresa: a enorme desigualdade existente na remuneração paga, mesmo para trabalhos iguais.

Damos abaixo um pequeno quadro elucidativo do que estamos afirmando:

Algumas características da população branca e negra — 1976

(em milhares de pessoas, cruzeiros e em salários mínimos — S.M.)

<i>População</i>	<i>Branca</i>	<i>Preta</i>	<i>Parda</i>
Renda média mensal			
— pessoas ocup. (Cr\$)	2.541,7	890,5	1.145,7
Índice	100	35	45
Renda média do chefe de família			
Homens	4,8 S.M.	1,7 S.M.	2,5 S.M.
Mulheres	2,0 S.M.	0,7 S.M.	0,8 S.M.
Empregados com carteira assinada			
Homens	71,8%	51,9%	57,5%
Mulheres	60,4%	34,0%	42,5%

Fonte: PNAD, 1976, FIBGE — citado por IBASE, Dados da Realidade Brasileira, Vozes, Petrópolis, 1982, pp. 51-55.

Comentemos cada um destes indicadores econômicos e sociais:

Renda média mensal: Se convertermos a remuneração num índice, tomando por base a remuneração da população branca, vamos ver que a renda recebida pelo conjunto dos trabalhadores negros, mulheres ou homens, é quase três vezes menor (do índice 100 para o índice 35) do que a recebida pelos trabalhadores brancos, homens e mulheres conjuntamente.

Renda média do chefe de família: Quando o chefe de família é branco, a renda média é de 4,8 salários mínimos, mas não passa de 1,7 quando o chefe de família é negro. Quando a mulher é chefe de família — situação hoje cada dia mais comum — a diferença de remuneração em relação ao homem é muito grande. Dos quase 25 milhões de famílias existentes no país em 1980, dois milhões, duzentos e setenta e três mil eram constituídas por mulheres chefes de família, vivendo sem cônjuge e com filhos, seja por viuvez, seja por abandono do marido ou por serem mães solteiras. Outro meio milhão de mulheres viviam sem cônjuge, com os filhos e mais algum parente em casa, sendo elas as chefes da família. Acontece que a renda destas famílias dirigidas só por mulheres é sempre muito baixa. Das mulheres vivendo sozinhas, sem parentes, 27,9% ganhavam até um salário mínimo; 22,8% ganhavam mais de 1 a 2 salários mínimos, ou seja, mais da metade delas (50,7%) tinham que se sustentar e sustentar seus filhos com até dois salários mínimos (1).

Voltando ao nosso quadro estatístico, verificaremos que as mulheres brancas, chefes de família, recebem apenas 2,0 S.M. em média, quando os homens brancos, chefes de família, recebem 4,8 S.M. Mas se considerarmos as mulheres negras, chefes de família, aí então a diferença é dramática. Elas recebem, para sustentar a família, em média 0,7 S.M., quase três vezes menos do que as mulheres brancas na mesma situação, e sete vezes menos do que os homens brancos. Aqui cabem ainda duas considerações: a média significa que muitas mulheres negras recebem bem menos do que 0,7 S.M., e a situação da mulher sozinha, cabeça da casa, é muito mais generalizada precisamente entre as mulheres negras. É entre elas que se concentra o maior número de mães solteiras e de mulheres abandonadas pelo companheiro ou marido.

A entrada crescente da mulher no mercado de trabalho carrega pelo menos três significações: *a.* a da emancipação feminina, ligada em boa parte ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, ganhando *status* profissional e independência financeira; *b.* a da necessidade que constrange a mulher a trabalhar fora de casa para ajudar a família enquanto solteira, ao marido enquanto casada, a da urgência extrema quando a mulher solteira fica sozinha e sem renda ou com filhos e sem marido, companheiro ou parente; *c.* finalmente a dos mecanismos do capital para superar a crise. Uma das saídas clássicas do capitalismo, quando cai o lucro e diminui a acumulação, é dispensar

os adultos e explorar crianças, despedir os homens e contratar mulheres, cujos salários são sempre mais baixos, para trabalhos iguais. O ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho no Brasil vem carregado destas ambigüidades: emancipação, necessidade, sobre-ex-

ploração por parte do capital. Basta acrescentar que o salário médio feminino, que na década de 70 equivalia a 60% da remuneração do homem, na década de 80 declinava para 45% do que é pago aos homens.

**População economicamente ativa (PEA),
de mais de 10 anos, por sexo, 1950-1985**

	1950		1960		1970		1980		1985	
	n.º	%								
Pop. mais de 10 anos (milhões)	36,5	—	48,8	—	65,8	—	87,8	—	98,2	—
PEA — total (milhões)	17,1	100,0	22,7	100,0	29,5	100,0	43,2	100,0	56,0	100,0
Homens	14,6	85,4	18,6	82,4	23,3	78,9	31,3	72,4	36,6	66,5
Mulheres	2,5	14,6	4,0	17,6	6,1	21,1	11,8	27,6	18,4	33,5

(Fonte: FIBGE — Anuário Estatístico 1986, pp. 102-103. Porcentagens do autor)

É fácil observar o ingresso crescente de mulheres no mercado de trabalho. Nos últimos 35 anos, as mulheres trabalhando fora de casa passaram de 2,5 para 18,4 milhões, percentualmente de 14,6% da população economicamente ativa, para 33,5% desta população. Em cidades como São Paulo, na idade entre 15 e 17 anos, a proporção entre rapazes e moças, trabalhando, é quase igual. Conjugam-se então o recurso ao trabalho de quase-crianças e da mão-de-obra feminina, para

se deprimir os salários e obter taxas de acumulação do capital mais elevadas. Nestes mecanismos, a mão-de-obra feminina negra é sempre a mais explorada e a que recebe menor remuneração.

Carteira assinada: Ela é uma garantia para o trabalhador. Primeiro, o único atestado de que ele está empregado, livrando-o da pecha de "vadiagem", figura jurídica que permite à Polícia, nas batidas e nas operações "pente fino", realizadas

nas favelas e bairros populares, levar cidadãos honestos, trabalhadores, pobres e geralmente negros, mas sem carteira assinada, para a cadeia. Uma boa parte da população pobre sobrevive de biscates, expedientes, trabalhos avulsos, por causa da grande taxa de desemprego na economia. Trabalha, mas não tem como provar que trabalha. Outra está empregada, mas os patrões se recusam a assinar suas carteiras, para fugir aos encargos sociais. Estão nessa situação grande parte das empregadas domésticas, das empregadas do comércio e dos operários em oficinas e fábricas de fundo de quintal, os chamados "menores aprendizes", os bóias-frias, mulheres e crianças nas fazendas. A carteira assinada garante acesso ao INPS em caso de doença, de acidente de trabalho, além de garantir aposentadoria na velhice. Indica o recolhimento do fundo de garantia e permite, em determinados casos, o recebimento do salário de desemprego. A situação neste particular não é boa para ninguém, nem mesmo nas grandes cidades. Pesquisa de dezembro de 1986, para a cidade de São Paulo, a que se encontra em melhor situação no país, revela que de todos os trabalhadores empregados com mais de 15 anos, somente 62,8% tinham sua carteira de trabalho assinada. No Recife, essa proporção caía para 50% (2). Se olharmos, porém, como se dá essa distribuição pela cor (voltamos ao quadro estatístico acima), verificaremos que, enquanto os homens brancos têm carteira assinada numa proporção de 71,8%, os homens negros alcançam a p e n a s

51,9%; enquanto apenas 60,4% das mulheres brancas têm carteira assinada, esta proporção despenca para 34% quando se trata das mulheres negras.

Se destes dados relativos ao trabalho passarmos a dados indicativos da escolaridade, reaparecem as mesmas desproporções. A taxa de analfabetismo entre a população de 10 anos e mais é de 15,5% para a população branca e de 42,4% para a população negra. A população com 11 ou mais anos de estudos, isto é, que cursou colegial ou algo mais numa escola superior, é de 9,1% entre os brancos e de apenas 1,1% entre os negros (3).

De tudo o que vimos acima não basta concluir que o Brasil é um país de profundas desigualdades sociais, com uma das piores escalas de distribuição de renda em todo mundo, ou seja, com uma pequena camada de ricos muito ricos, e uma grande massa de miseráveis, mas é necessário acrescentar também que as desigualdades de salário, escolaridade, etc. estão coladas a essa outra variável que é a cor. Gostaríamos de assinalar que a concentração da renda no Brasil agravou-se nos últimos anos, que a renda dos mais pobres só tem declinado e a dos mais ricos só tem aumentado. Em 1981 os 10% mais pobres detinham 1,0% da renda nacional e os 10% mais ricos, 45,5%. A renda dos 50% mais pobres era ligeiramente superior à dos 1% mais ricos: 14,2% para 13%. Em 1985 a renda dos 10% mais pobres estava reduzida a 0,8% da renda nacional, e a dos 10% mais ricos havia crescido para 47,7%; a

dos 50% mais pobres já era inferior à dos 1% mais ricos: 13% para 14,4%.

2. Raça e cor, explicações para a desigualdade?

Há muitas explicações correntes e até com aparência de científicas para esses fenômenos que são complexos e combinam diferentes causas econômicas, sociais, políticas e históricas. Muitas delas, porém, são parciais, simplistas e mesmo inteiramente falsas.

Não falta quem diga que o Brasil é um país subdesenvolvido porque foi colonizado por Portugal; e acrescenta-se sonhando: "Tivéssemos sido explorados pelos holandeses e hoje seríamos um país desenvolvido e próspero".

A Indonésia foi ocupada e colonizada pela Holanda (1596) antes mesmo de ocupar Pernambuco (1625). Nem por isso ela saiu menos espoliada e empobrecida da exploração colonial.

Outros dizem que a causa do atraso é que fomos explorados na América Latina por nações católicas, Espanha e Portugal, enquanto a América do Norte tornou-se próspera por ter sido colônia de uma nação protestante, a Inglaterra. Isto se encaixa numa teoria mais geral de que o protestantismo, sobretudo calvinista, foi a matriz ética para o desenvolvimento do capitalismo, obstaculado, por outro lado, pela moral medieval católica que condenava os juros e a usura. Ora, a Inglaterra colonizou também a Guiana Inglesa, Barbados e Jamaica,

hoje países empobrecidos, lutando igualmente contra profundas desigualdades sociais e dificuldades para se libertarem da herança colonial. O mesmo pode-se dizer das colônias inglesas na África e na Ásia. Doutro lado, países como a Bélgica, de tradição católica, nem por isso deixaram de conhecer forte desenvolvimento industrial a partir do século XIX. Do mesmo modo a Alemanha, com metade da população católica e a outra metade protestante, não deixou de se desenvolver por igual. E um país como o Japão, nem branco, nem europeu, nem católico, nem protestante, realizou sua revolução industrial a partir de 1868, e hoje encontra-se na ponta do desenvolvimento tecnológico e científico mundial.

Mas não faltaram ainda os que encontraram uma explicação brilhante para as dificuldades do Brasil: todas as nossas desgraças teriam uma única explicação: a população negra e mestiça aqui presente. A solução seria o "branqueamento" da população, pelo incentivo à vinda de emigrantes europeus, de preferência bem claros, como os alemães. Compartilhava a mesma opinião o Presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, depois de uma visita ao Brasil, em 1914: "No Brasil... o ideal principal é o desenvolvimento da questão negra pelo desaparecimento do próprio negro, gradualmente absorvido pela raça branca... a enorme imigração européia tende, década a década, a tornar o sangue preto um elemento insignificante no sangue de toda a nação" (4).

Esta não era apenas uma opinião, mas uma política deliberadamente traçada pelas classes dominantes e pelo Governo brasileiro. O decreto de 28 de junho de 1890 dispunha que a imigração era totalmente livre, mas acrescentava uma cláusula restritiva: "Excetuados os indígenas da Ásia e da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos..."(5). Ainda em 1945, Getúlio Vargas, um mês antes de ser deposto pelos militares, assinou importante decreto-lei (nº 7.967, de 18 de setembro de 1945) estipulando que os imigrantes seriam admitidos de conformidade com "a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência européia" (o grifo é nosso) (6).

Outros, porém, se desesperavam, indagando quanto tempo iria ser preciso para concluir o processo de branqueamento: "Trezentos anos, talvez, levaremos para mudar de alma e alvejar a pele, e se não-brancos, ao menos disfarçados, perderemos o caráter mestiço"(7). Afrânio Peixoto, invocando até mesmo o nome de Deus, concluía: "Quantos séculos serão precisos para depurar todo esse mascavo humano? Teremos albumina bastante para refinar toda essa escória... Deus nos acuda, se é brasileiro" (8).

Raça e cor como explicações de processos econômicos, sociais e culturais, funcionam como parte de teorias racistas que nunca faltaram entre os círculos acadêmicos europeus e entre intelectuais brasileiros.

A teoria racista é o passo necessário, seja para justificar a dominação e colonização de um povo sobre outro, seja para instaurar e legitimar o processo de escravização de grupos étnicos. As teorias racistas de Gobineau foram largamente apreciadas na Europa do século XIX como prelúdio e complemento da expansão colonial da Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha em direção à África e à Ásia. Do mesmo modo, no século XVI, resuscitaram-se em Espanha e Portugal as teorias de Aristóteles sobre a escravidão para justificar a escravização de índios e negros. Aristóteles dividia os povos e as pessoas entre os que eram livres por "natureza" e os que a natureza destinava a ser escravos. Nesse representação, os índios seriam todos "naturalmente" destinados a ser escravos, como dizia Ginés de Sepúlveda, já que eram "bárbaros", "sem lei, sem rei, sem Deus", ou seja, sem vida civil (lei), vida política (rei e estado) e sem vida religiosa (Deus) (9).

Talvez pudéssemos responder à interrogação inicial sobre raça e cor, como explicação para a desigualdade, dizendo que ambas as explicações são o complemento ideológico indispensável do processo mais profundo que é a justificativa da escravidão. Benci, jesuíta italiano que prega na Bahia no ano de 1700, nos alertava, entretanto, para o fato de que racismo e escravidão acabam se entrelaçando e reforçando-se mutuamente: "*Todos os escravos, só por serem escravos, são tidos em pouco e tratados com o desprezo que acabamos de ver; mas ainda é mais vil e abatido o trato que se*

dá aos escravos pretos, só por serem pretos" (10).

3. Dependência ou escravidão

No passado, e ainda hoje, sempre impressionou a historiadores e economistas a dura lei da dependência externa, que nos fez apenas mudar de metrópoles, sem alterar a subordinação ao mercado externo e aos seus ditames. Pareceria, pois, que nossa história podia ser seguida através desse fio condutor inalterável, de ciclos econômicos, expressão da dependência ao mercado externo, na sua face mercantil, industrial, tecnológica ou financeira.

Outros, entretanto, voltando-se para dentro, toparam com a realidade incontrollável do latifúndio, presente nas primeiras doações de terras, nas plantações de cana e nos engenhos, nas fazendas de gado, algodão, café e nas vastas extensões de terras incultas, mesmo abandonadas, mas sempre com "dono", e que marcam a paisagem brasileira. Do começo até hoje, num país de tantas terras aparentemente "livres", a realidade dominante é de grandes majorias de trabalhadores "sem-terra". Aos índios sempre se lhes roubaram as terras, e até hoje o Estado brasileiro recusa-se a demarcar as poucas que lhes restam; aos escravos e aos seus descendentes sempre se negou a terra; ao imigrante europeu, com pequenas exceções no sul do país, deu-se o destino de "colono" sem terra nas fazendas de café. A história dos posseiros é a de abrirem terras virgens, serem expulsos pela chegada do latifúndio, abrirem novas terras

mais adiante e serem novamente expropriados por alguém que "comprou" aquelas terras. No regime jurídico da terra, sob a forma do latifúndio, estaria a continuidade mais relevante da história brasileira. O regime de capitânicas hereditárias, o de sesmarias, a lei de terras de 1850, a lei dos incentivos fiscais para a área da Amazônia Legal, com a SUDAM, em 1967, os entraves todos colocados para a realização de qualquer tipo de reforma agrária seriam apenas manifestações cambiantes da mesma orientação: a manutenção, expansão e multiplicação do latifúndio como forma de manter a mesma dominação de poucos sobre muitos, iniciada com a história colonial.

Uma indicação no início da encíclica "Laborem Exercens" do Papa João Paulo II (1981) talvez nos ajude a buscar explicações em outra direção que, sem negar a realidade do caráter colonial de nossa economia, sem desconhecer o peso cruel e violento do latifúndio, nos faça colher o lado humano de toda história. A "Laborem Exercens" diz: "... o **TRABALHO humano é uma chave, provavelmente a chave essencial de toda a questão social...**" (11).

Talvez devamos concluir com Caio Prado Júnior que a história da formação social brasileira é o resultado de uma combinação onde entra o seu caráter colonial de economia subordinado a uma metrópole e submetido às leis do mercado externo, organizado na base da grande propriedade especializada num único produto de exportação

e tocado na base do trabalho escravo. Escravidão, monocultura de exportação, latifúndio e caráter colonial comporiam o quadro mais completo da realidade brasileira. Caio Prado coloca, porém, a chave de tudo nos impulsos que essa economia recebe do mercado externo, organizando-se como economia para produzir e exportar gêneros tropicais, açúcar, algodão, tabaco e café para os mercados europeus (12).

Para nós a chave da compreensão da nossa formação social estaria no regime de produção, realizado debaixo de relações escravistas que modelaram o caráter mais profundo da realidade social brasileira. Neste particular seguimos a posição de Jacob Gorender, no seu "Escravidão Colonial" (13).

4. Relações escravistas de produção

A primeira observação do Pe. Nóbrega ao tocar as terras brasileiras em 1549 é a de que ali não se encontrava uma pessoa sequer cujos serviços pudessem ser contratados. Todo o trabalho se fazia com escravos. Para "fabricar" escravos entre as populações indígenas tudo era válido e permitido: enganos, assaltos, violências, guerra justa ou injusta. Nóbrega e os primeiros jesuítas empenham-se a fundo contra a injustiça da escravidão dos índios: pregam do púlpito, negam a absolvição aos que mantêm cativos a indígenas, denunciam ao rei a situação e a conivência de governadores, capitães e clérigos na instauração e manutenção desse estado de coisas. Colhem apenas o que cem anos

depois experimentou o Pe. Vieira no Maranhão, ao enfrentar situação semelhante. Vieira escreve ao seu amigo, o rei D. João IV, em 1655, queixando-se amargamente: "*Temos contra nós o povo, as religiões, os donatários das Capitanias mores, e igualmente todos os que nesse Reino e neste Estado (do Maranhão) são interessados no sangue e no suor dos índios cuja menoridade nós só, defendemos*" (14).

Mas a escravidão já era tão estrutural à chegada dos primeiros jesuítas que Nóbrega, ao fundar em 1551 o primeiro colégio dos órfãos, na Bahia, não tem outro remédio senão escrever ao rei pedindo entre outras coisas necessárias (vacas, instrumentos de ferro e uma dotação), também "*... alguns escravos da Guiné... para fazerem mantimentos...*" (15).

A única diferença em relação aos outros moradores é que não quer escravos ilícitos, nem "negros da terra", e para tanto solicita ao rei que sejam enviadas "*peças da Guiné*", ou seja, escravos negros importados da África.

O peso da escravidão era tanto que até mesmo a defesa dos jesuítas em relação aos índios vai se afrouxar; e encontramos o mesmo Nóbrega, anos mais tarde, recomendando ao rei que, para aquietar as consciências (daqueles que tinham escravos ilícitos) e para obter a mão-de-obra necessária para as lavou- ras, decretasse licença de mover guerra aos índios, abrindo o caminho para a obtenção de escravos indígenas: "*Sujeitando-se o gentio,*

cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrúpulos, porque serão os homens escravos legítimos, tomados em guerra justa, e terão serviço e vassalagem dos índios e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará muitas almas e Vossa Alteza terá muita renda nesta terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos, já que não haja ouro e prata” (16).

No Brasil a escravidão deixa de ser uma *instituição* ao lado de outras instituições dentro da sociedade, para tornar-se a alma e o eixo de todo o sistema não só econômico, mas também jurídico, social e religioso, contaminando e moldando todas as outras instituições.

5. Escravidão: economia e sociedade

Para melhor compreendermos a escravidão e sua repercussão sobre outras instituições, damos aqui alguns dos seus traços fundamentais.

Em todas as sociedades há trabalhos que ninguém quer fazer, pois são pesados, mal remunerados, desprezados ou humilhantes, desprotegidos pela legislação trabalhista, desconsiderados socialmente. Por toda parte encontramos, no passado e hoje, pessoas exploradas no trabalho: milhões de turcos, marroquinos e portugueses desempenham na Alemanha, França e Holanda os trabalhos “sujos” e pesados: minas de carvão, limpeza pública, construção civil; milhões de mexicanos atravessam as fronteiras dos Estados Unidos para colher as safras de laranja, tomate, frutas, lavar pra-

tos nos restaurantes ou empregarem-se como “ilegais” e “indocumentados” nos serviços domésticos e nas construções. No interior de todo o Brasil, homens, mulheres e crianças madrugam para pegar os caminhões de bóias-frias, cortarem cana, colherem algodão, amendoim e laranja, sem carteira de trabalho, sem assistência à saúde, sem responsáveis pelos acidentes de trabalho e sem perspectiva de aposentadoria depois de 40 ou 50 anos de labuta diária. Qual a diferença entre essa exploração do trabalho e a exploração própria da escravidão?

— A escravidão é uma forma extrema de exploração do trabalho que, para melhor alcançar seu objetivo, transforma a pessoa em *propriedade* absoluta do seu dono. Ela entra no rol das coisas, é comprada e vendida como qualquer outra *mercadoria*.

— A escravidão era imposta normalmente a pessoas *estranhas* a uma determinada sociedade, negando-se-lhes os direitos e privilégios dos cidadãos daquele lugar, que podiam por isso mesmo explorá-las para fins econômicos, políticos e/ou sociais. É o *estrangeiro* pela língua, pela raça, pela cultura, pela religião, pela cor, que é reduzido à escravidão. As prescrições da Bíblia vão na mesma direção: “Os escravos e as escravas que tiveres, deverão vir das nações que vos circundam; delas podereis adquirir servos e servas” (Lv 25,44). Impõe-se ao mesmo tempo penas severas aos que intentam escravizar seus irmãos de raça

e religião e vendê-los: "Se alguém for preso em flagrante seqüestrando um dos irmãos, entre os filhos de Israel — para explorá-lo ou vendê-lo — tal seqüestrador será morto" (Dt 24,7).

A forma mais desenvolvida de escravidão ocorre quando os escravizados são removidos a uma considerável distância do seu local de nascimento, de sua família e de sua pátria, praticamente sem possibilidade de retorno, enfatizando-se assim sua origem estrangeira. Foi o que se fez, transportando-se africanos para o mundo árabe através do deserto do Saara ou, num corte mais radical, africanos para a América, através do Atlântico.

— Na África, quando um escravo ia aprendendo a língua do seu dono, adaptando-se aos novos costumes, aceitando a religião do seu senhor, casando-se no interior do grupo que o adquiriu, ia deixando lentamente de ser escravo. Para os europeus, ainda que o escravo aprendesse a língua, se convertesse ao cristianismo, deixando-se batizar, continuava como escravo porque *racionalmente* distinto e de outra cor.

— A escravização se processou sempre através da *violência*, com a qual uma pessoa ou todo um grupo passava de sua condição de livres para a condição de escravizados. De início escravos eram normalmente prisioneiros, resultantes de alguma guerra entre tribos ou novos vizinhos. Depois a guerra era mais e mais organizada, com a finalidade exclusiva de escravizar pessoas para encaminhá-las ao mer-

cado de escravos, suprimindo à demanda externa.

— A escravidão envolve sempre algum tipo de *coerção*, aberta ou disfarçada. A mais visível de todas é o trabalho sob a vigilância do feitor e do chicote, os castigos, chegando até à tortura e à morte. O nosso já conhecido Pe. Benci dizia em sua pregação aos senhores de engenho do Recôncavo baiano: "*Para trazer bem domados e disciplinados os escravos, é necessário que o senhor lhes não falte com o castigo, quando eles se desmandam e fazem por onde o merecer*" (17). Castigar com bolos, chicotadas, tronco ou pelourinho não era considerado crueldade, mas obra de misericórdia, a fim de corrigir o escravo. O castigo dado na frente dos outros escravos cumpria função pedagógica: incutir-lhes o medo e o terror de serem, por sua vez, castigados.

— A escravidão está vinculada fundamentalmente ao *trabalho*. Os escravos eram obrigados às tarefas duras e difíceis e às de maior risco para a vida e saúde. Eram considerados *instrumentos* de trabalho, com a diferença de que eram animados. Por isso eram muitas vezes tratados como bestas de carga. O Código Filipino ou Ordenações do Reino de Portugal (1603), tratam do escravo no livro IV, título XVII, junto com a legislação relativa às bestas: "*Quando os que compram escravos, ou bestas, os poderão enjeitar por doenças ou manqueiras*" (18). Eram obrigados a executar o que se lhes mandava. Doutra forma eram punidos. Pelo seu trabalho não tinham direito a

nenhuma recompensa ou remuneração. Diz o mesmo Pe. Benci: "*Trabalha o livre e colhe do que trabalha; trabalha o servo e o fruto do que trabalha, colhe-o o seu senhor*" (19).

— O escravo estava submetido a absoluta *falta de escolha*. Podia ser despachado daqui para lá, vendido e revendido, passar de um trabalho para outro, ser emprestado, alugado, sempre dependendo da boa vontade ou do bom humor do seu senhor, de sua prosperidade ou desgraça, do seu bom ou mal caráter. Não podia reclamar, na justiça, contra os maus tratos, e seu testemunho de nada valia juridicamente.

— Porque estava totalmente submetido ao seu senhor, este controlava sua sexualidade e sua força reprodutiva, assim como controlava sua força de trabalho. As mulheres e, por vezes, os homens, eram tratados pelos senhores como objetos sexuais, sujeitos a seus caprichos e perversões. Ter ou não ter *família* dependia do bel-prazer ou do interesse do senhor. Na maior parte das vezes, nem mesmo desta boa ou má vontade, mas sim de razões estruturais, pois nas minas e em certas plantações eram concentrados centenas de homens, escravos, sem nenhuma mulher. Ter uma família, gozar de certa estabilidade, ter momentos de intimidade, estabelecer laços de afeição e de parentesco, sempre foi privilégio raro, concedido, por vezes, a escravos domésticos. As crianças nascidas de uniões estáveis ou fortuitas eram sempre propriedade do senhor que

podia vendê-las na hora que bem quisesse, separando pais dos filhos e também marido de mulher. A primeira proteção legal à família do escravo, proibindo a separação entre cônjuges e a separação da mãe dos filhos menores, só foi votada no Brasil a 19 anos do término da escravidão, no art. 4º, § 7º, da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871).

— Homem ou mulher, uma vez arrancados de sua liberdade e reduzidos à escravidão, passavam a transmitir essa sua nova condição *hereditariamente* e para sempre, seguindo a regra do direito romano: "*Partus sequitur ventrem*". A prole segue a condição do ventre materno. Se a mãe era escrava, o filho sempre era escravo. Isto levava muitas escravas a abortarem para não condenarem o fruto de seus ventres à mesma maldição da escravidão. Antonil (em *Cultura e opulência do Brasil*) recomenda aos senhores dar o que sobra de sua mesa aos filhos pequenos de suas escravas, para que elas "... os sirvam de boa vontade e que se alegrem de lhes multiplicar servos e servas. Pelo contrário, algumas escravas procuram de propósito aborto, só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem" (20).

No mais das vezes as crianças morriam, pois a mãe era obrigada a retornar muito cedo ao trabalho, sem tempo para amamentar a criança ou ficar cuidando da mesma. Os senhores não tinham muita paciência para esperar oito, dez anos,

até que as crianças começassem a ser produtivas. Não queriam também correr o risco de sustentá-las e depois morrerem, dando-lhes prejuízo. Era preferível comprar um escravo jovem e forte, pronto para o trabalho, e já colocá-lo imediatamente no eito. Dava também mais lucro alugar a escrava como amadoleite de crianças brancas, do que deixá-la amamentando o próprio filho (21).

Qual o peso da escravidão na vida do Brasil colônia e do Brasil império?

Duas frases, em tempos diferentes, podem bem ilustrar o lugar e o peso do escravo na estrutura de produção do país:

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (22).

O que era verdade para a Bahia na passagem do século XVII para o XVIII, continuava sendo válido no século XIX para o sul do Brasil, no claro aforismo atribuído ao Senador Silveira Martins: *“O Brasil é o café e o café é negro”* (23).

Por isso mesmo a importância dos escravos e o volume das importações só foram crescendo ao longo dos séculos. De uma importação anual de 50.000 escravos no século XVI, passou-se para 560.000 no século XVII, 1.801.400 no século XVIII, 1.145.400 em apenas 40 anos do século XIX. As médias anuais foram sempre num crescendo até a interrupção do tráfico:

500 (século XVI)
5.600 (século XVII)
17.194 (século XVIII)
29.266 (século XIX) (24).

Longe de ir declinando, o tráfico só fez crescer ao longo da história, exacerbando-se a importação, nos anos finais, em que era não apenas condenado pela opinião pública, proibido por tratados internacionais firmados pelo governo brasileiro, mas constantemente reprimido pelos navios do almirantado britânico. Os últimos anos do tráfico conheceram as mais altas importações anuais de toda a história brasileira:

1846 — 50.324
1847 — 56.172
1848 — 60.000
1849 — 54.000
1850 — 23.000 (ano da Lei Eusébio Queiroz, proibindo novamente o tráfico) (25).

O Brasil, além disso, foi o país que mais escravos africanos recebeu em toda a América e o lugar onde por mais tempo prosseguiu a escravidão como a mola-mestra da economia e a instituição central da sociedade. Enquanto a escravidão foi liquidada no Haiti, em 1791, através de uma rebelião dos escravos, em muitas ex-colônias espanholas, com a independência, entre 1810 e 1824, nas Antilhas inglesas em 1834, nas colônias francesas em 1848, nos Estados Unidos, com a sangrenta guerra da secessão, 1860-65, em Cuba, com o fim da guerra dos dez anos, em 1880, no Brasil a escravidão conseguiu manter-se até 1888.

Nenhuma outra sociedade do novo mundo envolveu-se tão extensa e profundamente e por tão longo tempo em relações escravistas, como a brasileira. Estabeleceu-se também um consenso pesado e quase unânime nas suas classes dirigentes em favor da escravidão: dos senhores de engenho aos fazendeiros de café, mas também do clero secular às ordens religiosas todas. Os escravos não ficaram por sua vez confinados a um setor da sociedade brasileira ou destinados à produção de um único produto, como foi o açúcar nas ilhas do Caribe. Os escravos estavam nos engenhos de açúcar do Nordeste, da Amazônia, do Rio de Janeiro, plantando, cortando, carreando e moendo cana, cozendo o mel e depurando o açúcar, mas iam também para as roças de mandioca e para as fazendas de gado. Estavam no plantio do algodão do Maranhão, do cacau e do fumo na Bahia, nas roças de mantimentos, por todas as partes. Eram utilizados nas minas de ouro de Minas, Goiás e Mato Grosso, e na faiscação dos diamantes em Minas e na Bahia. Tocavam as charqueadas do Rio Grande do Sul e a pesca da baleia e o fabrico do óleo em Santa Catarina. Eram os remeiros das canoas paulistas que levavam feramentas, pólvora, panos e escravos para as minas de ouro de Cuiabá. Tocavam as tropas de mulas que subiam do Rio Grande do Sul e movimentavam todo o sistema de transportes pelo interior do país. Formavam a maioria dos marinheiros da navegação costeira. Dos portos do Rio de Janeiro e da Bahia partiam como tripulação dos navios

tumbeiros que iam buscar mais escravos na África. Na cidade carregavam água para as casas, levavam para o mar os dejetos noturnos, transportavam as mercadorias que chegavam ao porto ou eram entregues das casas comerciais para as residências, construía casas, igrejas, conventos. Eram músicos, artistas, oficiais de todas as profissões e ofícios: sapateiros, ferreiros, mestres carapinas. As mulheres estavam no plantio, na carpa e colheita do café, nas rodas e moendas de cana, em todos os serviços domésticos, como lavadeiras, cozinheiras, engomadeiras, passadeiras, quituteiras, costureiras, rendeiras. Eram exploradas nas casas de prostituição e serviam aos caprichos sexuais dos senhores e dos seus filhos. Ao surgirem as primeiras fábricas de tecidos, lá estavam elas como fiandeiras e tecelãs. O comércio de frutas, doces e comidas nas ruas e praças era também movimentado pelas "baianas". Nem uma palha se movia neste país, nas fazendas, cidades, portos, rios e estradas; nas casas, igrejas e conventos, sem o braço, as mãos e os pés dos escravos.

Nenhuma sociedade passa impunemente durante quase quatrocentos anos por um sistema econômico e social, onde um grupo, o dos senhores, não fazia absolutamente nada, mas gozava de todos os direitos e privilégios, enquanto outro grupo, majoritário, trabalhava sem ser remunerado e debaixo da violência institucionalizada da escravidão, sendo-lhe negado todo e qualquer direito.

Por isso mesmo os traços que a escravidão imprimiu na sociedade brasileira ainda não se apagaram.

6. As seqüelas da escravidão

Dentre as seqüelas de ordem mais geral, ficaram no Brasil o desprezo pelo trabalho e o menosprezo pela vida e dignidade das pessoas, sobretudo das negras e pobres.

O desprezo ao trabalho era tal que chegava a ser proibido aos clérigos o exercício de qualquer ofício taxado de baixo e vil. Entre estes se arrolavam: cavar, roçar, cortar canas e outros semelhantes, ainda que o fizessem em sua própria fazenda (26).

O costume de não se remunerar o trabalho, durante todo o tempo da escravidão, reflete-se na facilidade com que, no país, se deixa de pagar o trabalho realizado, atrasa-se o pagamento e impõe-se à população um dos salários mínimos mais baixos do mundo. Mesmo depois de defini-lo como mínimo, a mesma lei estabelece que se pague ao trabalhador rural que se aposenta a metade desse montante considerado o mínimo para sobreviver! No campo que foi o reduto final e último da escravidão, sobretudo nas fazendas de café do vale do Paraíba fluminense e paulista e nas grandes lavouras do oeste paulista, foi muito difícil introduzir-se qualquer legislação de proteção ao trabalhador. Os fazendeiros sempre resistiram a qualquer lei que impusesse algum limite à sua discricção pessoal, limitando, de alguma forma, o poder absoluto de patrão, juiz, polícia e

patriarca, que julgavam possuir, da porteira para dentro de suas propriedades. Os direitos trabalhistas no campo brasileiro só foram estabelecidos durante o Governo Goulart (1963) com o Estatuto do Trabalhador Rural. Quão difícil continua, porém, sua aplicação nos interiores do país. Comprovam-no denúncias constantes de trabalho escravo nas fazendas do Pará, Mato Grosso, Goiás e até São Paulo.

Antonil já assinalava em 1711 a grande incidência de acidentes de trabalho durante o período da safra de cana e da produção do açúcar. Vale a pena transcrever suas observações: "*O lugar de maior perigo que há no engenho é o da moenda, porque, se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força do sono, ou por cansada, ou qualquer outro descuido, meteu desatentadamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se lhe não cortarem logo a mão ou o braço apanhado, tendo para isso junto à moenda um facão, ou não forem tão ligeiros em fazer parar a moenda, divertindo com o pejador a água que fere os cubos da roda, de sorte que dêem depressa a quem padece, de algum modo, o remédio. E este perigo é ainda maior no tempo da noite, em que se mói igualmente como de dia, posto que se revezem as que metem a cana por suas esquipações, particularmente se as que andem nesta ocupação forem boçais ou costumadas a se emborracharem*" (27).

Antonil descreve, na primeira parte, a trágica rotina dos aciden-

tes de trabalho, por cansaço e sono, devida a um trabalho contínuo de dia e de noite, sem sábados e domingos, já que os engenhos, durante a safra, moíam redondo, isto é, sem dia de descanso, sem atentar se é dia ou se é noite. Do mesmo modo hoje as usinas de açúcar e álcool da região noroeste de São Paulo, moem redondo, dia e noite. Os motoristas dos caminhões que carregam cana das plantações para a usina trabalham, sem parar, por 12 horas seguidas e a semana toda, sem descanso no sábado ou domingo. Trabalham 15 dias de dia e outros 15 dias de noite. Quando passam do turno para o noturno, dobram a jornada de trabalho, dirigindo ininterruptamente por 24 horas. Enquanto se discute na Constituinte a diminuição das horas semanais de trabalho, de 48 para 40 horas, estes motoristas estão obrigados a jornadas de até 96 horas semanais, como nos velhos tempos da escravidão!

Nos engenhos cubanos a situação era a mesma. Um diplomata inglês, James Kennedy, observava, referindo-se aos efeitos do trabalho extensivo de 18 horas diárias: "*...durante a safra, parecem seres idiotizados, extenuados, totalmente esgotados*"(28). Robert Scott, outro inglês, proprietário de engenho na região de Cienfuegos, observava: "trabalham sonolentos durante toda a safra" (29). Um outro observador inglês assinalava, friamente, o que já havia constatado Antonil no Brasil: como os negros perdiam seus braços, quando "*vencidos pelo sono seguem o movimento de suas canas que vão metendo no trapiche e as*

moendas lhes trituram os membros" (30).

Esse descaso pela integridade física do trabalhador reflete-se nos índices incríveis de acidentes de trabalho, no campo e nas fábricas, fazendo do Brasil um campeão mundial neste setor.

As mesmas seqüelas da escravidão podiam ser apontadas na esfera da religião católica no Brasil, com irmandades e estruturas devocionais, seguindo os nítidos contornos da escravidão: santos e irmandades para escravos — São Benedito, N. Sra. do Rosário dos Pretos, Santa Efigênia — e, santos e irmandades para os "homens bons" — N. Sra. do Carmo, São Francisco — deixando-se a de São Miguel e das Almas para os índios; N. Sra. da Boa Morte para os homens pardos, e assim por diante. Essa seqüela estava na proibição de entrarem nos seminários e conventos pessoas de "sangue infecto": judeu, mouro, africano; no descaso pela instrução e atendimento religioso da grande massa escrava que fazia o Pe. Benci exclamar: "*Fostes constituídos pastores apenas dos livres ou também dos escravos? Ou não cuidais destes últimos, só porque não podem pagar?*"

As seqüelas da escravidão estão também patentes no sistema familiar, onde se podia chegar a casos tão extremos, como no distrito neutro, a cidade do Rio de Janeiro, onde, ao final da escravidão, apenas 0,8% dos escravos estavam casados. A família foi instituição negada aos escravos ao longo de todo o período escravista, e ainda hoje,

casar, ter moradia, um salário que permita sustentar mulher e filhos, é privilégio inacessível às camadas populares. Ter família estável e bem constituída, assim como ter terra para trabalhar, são realidades negadas, no passado, aos escravos e que continuam sendo, estruturalmente, negadas para as grandes majorias, em nossos dias.

Os exemplos podiam seguir no sistema político, onde cidadania é ainda privilégio de poucos; no sistema jurídico, onde os pobres não têm acesso à justiça; no sistema educacional, e assim por diante. A escravidão é uma pesada herança que ainda não acabamos de eliminar das estruturas, mentalidades e práticas de nosso país.

NOTAS

(1) FIBGE, Anuário Estatístico de 1986. Dados do Censo de 1980, p. 99. (2) FIBGE, Censo de 1986, p. 118. (3) FIBGE-PNAD, 1976, citado por IBASE, **Dados da realidade brasileira**, Vozes, Petrópolis, 1982, pp. 51-55. (4) Thomas Skidmore, **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976, p. 85. (5) *Ibidem*, p. 155. (6) *Ibidem*, p. 219. (7) Afrânio Peixoto, "Carta a Fidelis Reis", apud Bruno Lobo, **Japoneses no Japão, no Brasil**, Rio de Janeiro, 1923, pp. 140-142, citado por Skidmore, o. c., p. 215. (8) *Ibidem*, p. 215. (9) Silvio Zavala, **Servidumbre natural y libertad cristiana según los tratadistas españoles de los siglos XVI y XVII**, Editorial Porrúa, México, 1975. (10) Benci, **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos**, Grijalbo, São Paulo, 1977, p. 217. (11) João Paulo II, **Laborem Exercens**, n. 3. (12) Caio Prado Junior, **Formação do Brasil contemporâneo-colonial**, Brasiliense, São Paulo, 1979, 16ª ed., p. 119ss. (13) Jacob Gorender, **O escravismo colonial**, Ática, São Paulo, 1978. (14) Serafim Leite, **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943, vol. III, p. 54. (15) Pe. Manuel da Nóbrega, "Carta a D. João III, Rei de Portugal", Olinda, 14 de setembro de 1551, apud Serafim Leite, **Carta dos primeiros jesuítas**. São Paulo, 1954, to-

mo I, p. 293. (16) Serafim Leite, o. c., vol. II, p. 117. (17) Benci, o. c., p. 126. (18) Apud Décio Freitas, **Escravidão de índios e negros no Brasil**, EST—Instituto Cultural Português, Porto Alegre, 1980, p. 25. (19) Benci, o. c., pp. 214-215. (20) André João Antonil, **Cultura e opulência no Brasil** (texto da ed. de 1711), Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1967, p. 164. (21) Paul Lovejoy, **Transformations in slavery — A history of slavery in Africa**, Cambridge University Press, Cambridge, 1983, pp. 1-18. (22) Antonil, o. c., p. 159. (23) Robert Conrad, **Os últimos anos da escravatura no Brasil**, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, INL-MEC, Brasília, 1975, p. 63. (24) José Oscar Beozzo, "As Américas Negras e a História da Igreja na América Latina, questões metodológicas", in **Escravidão Negra e a História da Igreja na América Latina**, Vozes, Petrópolis, 1987, pp. 27-64. (25) Maurício Goulart, **A escravidão africana no Brasil. — Das origens à extinção do tráfico**, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1975, 3ª ed., p. 270. (26) Cf. **Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia**, n. 478. (27) Antonil, o. c., p. 190. (28) Manuel Moreno Fraginals, **El ingenio, complejo económico social cubano del azúcar**, La Habana, 1975, p. 33. (29) *Ibidem*, p. 33. (30) *Ibidem*, p. 33. □

● Nunca diga na ausência de alguém o que Você não diria na sua presença. ● Quando muda a realidade é suicídio desconhecer as mudanças ou ignorá-las.



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de maio de 1988

A Vida Religiosa é feita de **coisas essenciais**, sem as quais ela perderia a sua identidade. Mas uma Vida Religiosa séria, austera e alegre é feita, também, de **coisas, embora acidentais, nada, porém, supérfluas**, como: recolhimento, estudo, espírito de oração, vida interior, zelo, exatidão e fidelidade na liturgia, observância, adesão madura ao magistério, ascese, formação permanente... A prudência é sempre necessária para distinguir o que é **substantivo** do que é **adjetivo** e se evitar problemas desnecessários. Afinal, o adjetivo não é tão secundário como se costuma crer. Ele pode até alterar profundamente o colorido e a direção dos substantivos. Dentre os elementos que se podem catalogar como não substantivos na Vida Religiosa, quero sublinhar, aqui, o **SILÊNCIO, como uma virtude penosa** a se recuperar.

Vivemos, hoje, sitiados de barulho. Há um desperdício de sons e palavras que toca as raias de verdadeira psicose. Emaranhados numa vasta rede de fáceis comunicações, somos, com frequência, solicitados pela **tentação da loquacidade**. Abandonamos o relativo isolamento dos campos e nos ajuntamos nas cidades, nos pátios das fábricas, nas favelas, nas praças, nos shopping-centers, nas praias. **A urbanização inchou as cidades e esvaziou o INTERIOR**. Como se não bastasse, o transístor, a TV e o satélite multiplicaram por mil milhões a eficácia e os contatos individuais e coletivos.

Passamos a viver, então, excitados e superexcitados, com tamanha necessidade de falar que vai muito além do que temos a dizer. **Mais cheios de palavras do que de idéias, falamos demais**. A televisão, o rádio, o telefone, o telex não podem calar-se, espicaçados pela concorrência. Seria uma derrota. Importante é produzir palavras, sons, zoeira. Encher o tempo e o espaço. Quanta gente tenta trabalhar e repousar, também, ao som do mais contínuo estridular de sambas, anúncios comerciais, notícias articuladas por locutores, tanto mais perniciosos quanto mais aveludada e redonda a sua voz desencarnada de oráculos. É o novo e imponderável tóxico que tonteia e desorienta um grande número de pessoas, por toda parte.

Mas o silêncio continua a condição preliminar, o pré-requisito para o equilíbrio da pessoa humana. **Só no silêncio, o espírito humano dá provas de sua presença**, de sua ação e, portanto, de sua vida. O pensamento e sua forma vão se delineando. O passado ressurge mais claro do esquecimento. A atenção se apura. Cresce a agudeza dos juízos. O calor do espírito se faz mais ardente, a vontade mais decidida. **Só do silêncio desabrocham palavras como sua plenitude** e como revelação daquele gosto pela mesma palavra, recebida porém, antes, no silêncio do coração.

A Vida Religiosa é uma vida segundo o Espírito (Rom 8,1-11). Mas **hoje se vive uma fatal insurreição contra o espírito**. A mais diabólica consequência do barulho são a passividade e o entorpecimento do espírito humano. No barulho, o espírito se acomoda, se anestesia. Não sente. Não reage. Não pensa sequer. Urge, portanto, **recuperar o silêncio e adentrar-se na cultura do seu valor**, conformando-se à lei do grão de trigo (Jo 12, 24), isto é, a paciência da semente. Dia e noite, ela cresce, brota, desabrocha, amadurece num longo processo anônimo e silencioso.

Joseph Brodski, poeta lituano, Nobel de Literatura, constata que vivemos "tempos de segunda ordem". Quem sabe se a ausência do silêncio em nossa vida não é parte relevante nesta depreciação? Oxalá se firme em nós esta convicção: o silêncio não é refúgio nem abrigo para se esconder. Ao contrário, é a verdade provada ou a provável possibilidade de se praticar um **ato civilizado e culto da mais expressiva significação religiosa**. É o pressuposto para a busca, a recepção e a posse do mistério de Deus. A palavra representa a realidade à custa de sua perda. Nossa intimidade profunda com o objeto é definitivamente indizível. **Se falo, perco a ligação com a coisa de que falo. Por isso, só o silêncio sabe**. É assim o complexo psiquismo humano.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, com sempre renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB